



UNIVERSIDADE D
COIMBRA

Arthur Noronha de Miranda Carvalho

AUTONOMIA DA ARQUITETURA EM COIMBRA:

REFLEXÕES A PARTIR DE UMA CAMINHADA PELA CONCHADA

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura,
orientada pelo Professor Doutor José António Oliveira Bandeirinha
e pela Professora Doutora Carolina da Graça Cúrdia Coelho
e apresentada ao Departamento de Arquitetura, na Faculdade de Ciências e Tecnologia
da Universidade de Coimbra.

Setembro de 2023

AUTONOMIA DA ARQUITETURA EM COIMBRA:
REFLEXÕES A PARTIR DE UMA CAMINHADA PELA CONCHADA

Dissertação no âmbito do Mestrado Integrado em Arquitetura, orientada pelo Professor Doutor José António Oliveira Bandeirinha e pela Professora Doutora Carolina da Graça Cúrdia Coelho.

Departamento de Arquitetura, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da
Universidade de Coimbra.

Setembro de 2023

Neste documento foram adotadas as normas da 7ª edição da *American Psychological Association (APA)*.

Devido à vivência luso-brasileira do autor, aderem-se variações linguísticas dos dois países

Agradecimentos

Aos meus orientadores, Professora Doutora Carolina Coelho e Professor Doutor José António Bandeirinha pelo eficaz direcionamento e indispensável apoio;

à todos que trabalham no DARQ, em especial ao Nina pelo trabalho árduo e sempre atento e a Sra. Ana Cláudia Azevedo pelo trabalho, esmero e dedicação;

à Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro pela pronta disponibilidade e pela concessão do acesso ao inestimável trabalho por ela publicado, e à Professora Sandra Xavier pela vontade e determinação em trabalhar junto com o ZÁS colectivo para fazer a caminhada acontecer;

aos meus colegas do ZÁS colectivo: Artur, Bárbara, Diana, Fernanda, Frederico, Ivan, Lara e Gonçalo, pelo companheirismo e trabalho alegre de todos os dias;

às madrinhas Ana e Beatriz e ao padrinho Frederico, pelo apoio, troca e ajuda durante essa caminhada;

ao Gonçalo, à Diana e à Fernanda pelas noites em claro, paciência infindável, companheirismo e cumplicidade que persistem os testes do tempo,

à minha irmã Giovanna, cujo amor me acompanha desde antes deste mundo,

aos meus pais Marco Antônio e Cecilia, pelo amor e apoio incondicionais que até aqui me trouxeram e para sempre comigo carrego;

à minha prima Carolina, pelo amor e carinho de irmã mais velha;

à minha madrinha predileta Sônia, por todo o amor incondicional que me apoia, desde sempre, mesmo de longe;

à minha avó Isabel, pelo amor-luz que me guia;

ao meu avô Gustavo, o primeiro arquiteto, e a minha tia Lúcia, a primeira arquiteta, a quem agora posso também, com orgulho, chamar de colegas de formação;

e aos outros membros da minha família de sangue e de alma no Brasil, que me relembram todos os dias de que o nosso lar são as pessoas que amamos.



Imagem 1: Fotografia da caminhada, ZÁS colectivo, setembro 2022.

Resumo

O principal objetivo desta dissertação foi o de reflexão crítica sobre a Cidade a partir de uma ação ativista do ZÁS colectivo por meio da lente da Autonomia. Para isso, foram utilizados três diferentes métodos para o reconhecimento físico de uma parte da Cidade, a Conchada de Coimbra: a caminhada sensorial de modo a explorar seus Percursos, o estudo de sua morfologia e história para delimitação de seus Contornos e um mergulho teórico nas ideias dos principais autores da Autonomia, que juntos compõem uma visão prismática da realidade. Procurou-se a separação artificial das partes com o objetivo de entender o todo de forma mais profunda, pelo que a realidade se apresenta sem divisões, num fenômeno urbano coeso. A principal motivação veio a partir da caminhada feita pelo ZÁS coletivo, que incitou a vontade de explorar concepções mais profundas sobre a Cidade, e sobre o papel da Arquitetura e do Arquiteto na construção dela. Nesse sentido, buscou-se explorar a ontologia disciplinar da Arquitetura de forma crítica a partir da leitura do espaço onde a caminhada se deu, uma realidade que se mostrou enriquecedora para a construção de uma visão mais compreensiva da cidade de Coimbra.

Palavras-chave:

Autonomia da Arquitetura; ZÁS Colectivo; Fenômeno Urbano; Conchada; Coimbra.

Abstract

The main objective of this dissertation was a critical reflection on the city through the lens of Autonomy, based on activist actions by the ZÁS collective. To achieve this, three different methods were employed to physically recognize a part of the city, Conchada in Coimbra: sensory walking to explore the territory's Routes, the study of its morphology and history to define its Boundaries, and a theoretical exploration of the ideas of key authors of Autonomy. Together, these methods compose a multifaceted view of this reality. The artificial separation of its components was pursued to comprehend the whole more profoundly, presenting reality as an undivided, cohesive urban phenomenon. The primary motivation stemmed from the ZÁS collective's walk, sparking a desire to delve deeper into conceptions of the city and the role of Architecture and the Architect in its construction. In this sense, there was an endeavor to critically explore the disciplinary ontology of Architecture through an examination of the space where the walk occurred, an endeavor that proved enriching in constructing a more comprehensive vision of the city of Coimbra.

Key words:

Autonomy of Architecture; ZÁS Colectivo; Urban Phenomenon; Conchada; Coimbra.

Sumário

Percursos.....	15
O que é ZÁS colectivo?.....	17
Porque caminhar?.....	19
Por onde caminhar?.....	23
Como caminhar?.....	27
Com quem caminhar?.....	31
A caminhada.....	33
Os nossos passos.....	49
Contornos.....	53
Contornos urbanos.....	55
Contornos históricos.....	59
Autonomia.....	81
Cidade como mediação.....	103
Referências bibliográficas.....	111
Índice de Imagens.....	115



Imagem 2: Fotografia da caminhada, ZÁS colectivo, setembro 2022.

Percursos



Imagem 3: Logotipo do ZÁS colectivo, 2023, ZÁS colectivo.

O que é “ZÁS colectivo”?

ZÁS colectivo é um grupo de arquitetos e estudantes de arquitetura que nasceu em Coimbra, Portugal, em 2022. Composto por oito integrantes até a publicação desta dissertação, o coletivo busca explorar, debater e investigar novos caminhos para os futuros da cidade, por meio de intervenções diretas no espaço urbano coletivo. O objetivo do Coletivo é aprender com as experiências reais de intervenção e construir uma realidade onde a disciplina da Arquitetura seja utilizada para a construção de uma urbanidade mais justa e participativa. A caminhada aqui apresentada é apenas um dos vários projetos postos em prática pelo ZÁS durante seu percurso em direção à essa realidade.



Imagem 4: Fotografia da caminhada, ZÁS colectivo, setembro 2022.

Porque caminhar?

“This story begins on ground level, with footsteps. They are a myriad, but do not compose a series. They cannot be counted because each unit has a quality character: a style of tactile apprehension and kinesthetic appropriation. Their swarming mass is an innumerable collection of singularities. Their intertwined paths give their shape to spaces. They weave places together. In that respect, pedestrian movements form one of those ‘real systems’ whose existence in facts makes up the city. They are not localized; it is rather they spatialize” (Certeau, 1984, p. 72).

O processo de organização da caminhada com o ZÁS colectivo na Conchada, em Coimbra, surgiu a partir de uma inquietação sobre a maneira que vivemos a cidade. Todos os dias, ao caminharmos para nossos afazeres diários, existimos como indivíduos em um ambiente construído antes de nós ali estarmos. A cidade, nesses momentos, é o pano de fundo de nossas vidas e a atenção que prestamos a tal ambiente construído, que nos cerca diariamente, é pouca, geralmente passageira, geralmente despreocupada. Nas palavras de Peter Zumthor¹ (1998), Arquitetura é “an envelope and background for life which goes on in and round it, a sensitive container for the rhythm of footsteps on the floor, for the concentration of work, for the silence of sleep” (Zumthor, 1998, p.13).

Nesse contexto, Zumthor (1998) se refere a edifícios, mas tal entendimento pode ser extensível à cidade como um todo. No ambiente urbano, porém, tal leitura do ambiente construído pode (e deve) ser sobreposta às leituras críticas e históricas de tal ambiente, para que entendamos claramente que não percorremos, estamos, ocupamos ou intervimos na cidade de forma neutra e que tal ambiente construído tem, por si só, papel mais ativo no condicionamento das vidas que encapsulam do que meramente um pano de fundo teria.

Parte da formação em Arquitetura passa por entender que tal ambiente é fruto de uma série de motivações, vontades e forças, cristalizadas sobrepostas umas às outras, ao longo de um período. A ideia de que qualquer intervenção, seja ela arquitetônica ou urbana, deveria partir de um exercício de atenção ao produto dessa sobreposição de desejos humanos não é nova, mas tem se provado revolucionária. Tal exercício de atenção coletiva é um que exige o reconhecimento

¹ (1943 -).

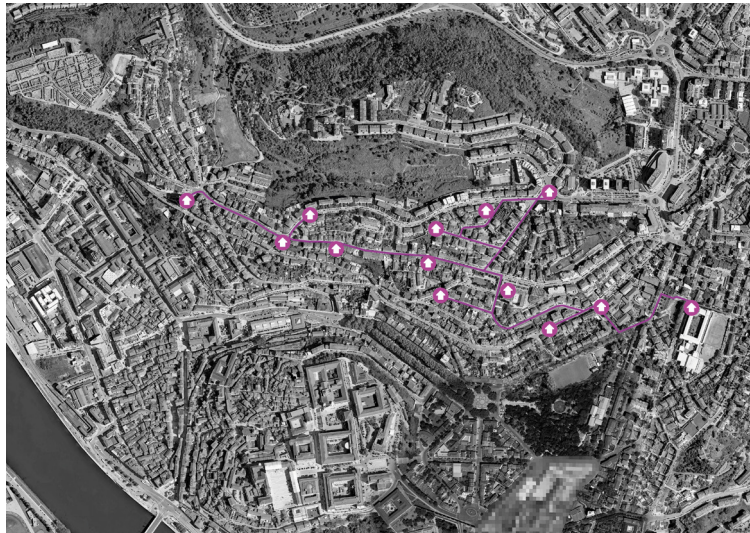
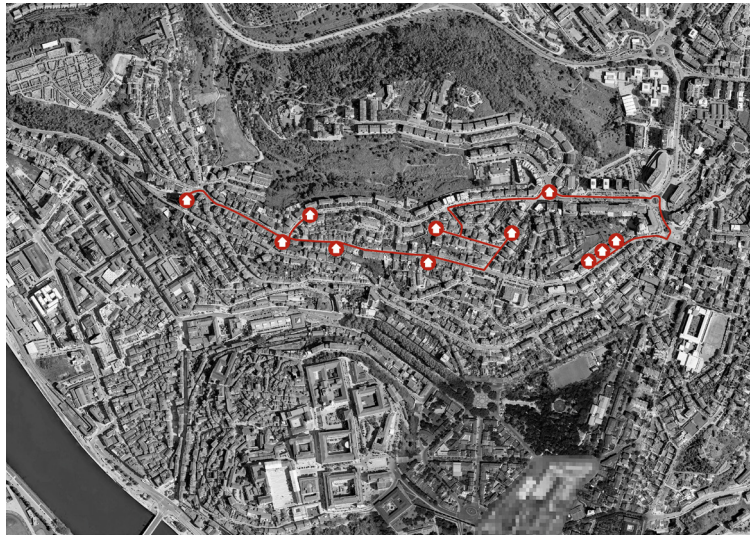
de que, mesmo com as melhores das intenções, as mais-valias retiradas de uma experiência coletiva de atenção continuada são muito diferentes das de uma experiência individual. Além disso, entende-se a história criticamente, como a de pessoas que povoaram tal lugar ao longo do tempo, que tomaram decisões que moldaram esse espaço e que tais decisões não são neutras ou inconsequentes.

Mais do que conseguir uma leitura melhor definida desse objeto, mutável, volátil e sempre em transformação, é essencial que nos atentemos às realidades humanas que produziram aquele contexto, ouvir o que este nos comunica, seja em palavras ou em urbanidade, e aprender com ele. Somente assim, somos capazes de produzir respostas que entrem em diálogo, seja por concordância ou discordância, com o texto que nos cerca: “The act of walking is to the urban system what the speech act is to language or to the statements uttered” (Certeau, 1984, p.97).

O objetivo desse tipo de caminhada, portanto, é primariamente pedagógico. O antropólogo Tim Ingold² (2013) defende que é a partir da atenção para o que nos diz o mundo que nos cerca, que aprendemos a viver. Nesse sentido, procuramos entender a experiência de existir em sociedade através da forma como educação de nossa atenção, com o objetivo de a que aprendermos sobre o espaço que nos cerca com as pessoas que vivem nele (Ingold, 2013). Este momento da dissertação, então, se apresenta como documentação desse processo etnográfico e registo do momento comunitário de atenção não só ao ambiente construído *per se*, mas, talvez mais importante, de partilha das histórias de vida dos indivíduos que existiram e resistiram, ao longo do tempo, naquele local, marcadas pela luta por direito à habitação e, em última instância, o direito à Cidade.

² (1948 -).

△



(De cima para baixo) Imagem 5, 6 e 7: três das diversas variações possíveis das rotas por onde a caminhada do ZÁS colectivo pelos edifícios modernistas de Coimbra poderiam passar elaborados pelo autor;

Por onde caminhar?

A escolha da vizinhança da Conchada partiu do interesse do ZÁS colectivo de voltar a atenção para o ambiente construído da cidade de Coimbra. Inicialmente, a ideia tinha um carácter de percurso entre pontos específicos na cidade: edifícios modernistas concebidos por nomes notáveis da história da arquitetura local. O motivo seria conhecer mais profundamente o património construído da cidade em que vivíamos. O levantamento dos edifícios de interesse foi realizado a partir de pesquisa bibliográfica e o planeamento da caminhada foi pensado a partir desses pontos.

Tal ideia mostrou-se extremamente ambiciosa, pelo que os edifícios que havíamos eleito como mais importantes localizavam-se distantes uns dos outros, alguns na Conchada, outros em Celas. Assim, exigiriam percursos longos (imagens 5, 6 e 7). Logo percebemos que havia um excesso de percurso para uma caminhada de um só dia, e deveríamos empreender um esforço para limitá-lo.

Naquele momento do processo, seria de muita ajuda incluir alguém com experiência nesse tipo de ação coletiva com algum conhecimento de base para auxiliar desde no planeamento do evento da caminhada até sua realização. O nome da Professora Doutora Sandra Xavier surgiu nesse contexto pelo que entendemos que ela poderia ser de grande ajuda na tomada de decisões, além de que seu contributo como antropóloga poderia ser extremamente enriquecedor para todos os envolvidos.

A professora Sandra Xavier realizou caminhadas pessoais em Celas e na Conchada e ficou-nos claro que mesmo com a ligação física direta entre as duas zonas, elas não se encontravam em nenhum tipo de diálogo. Nem social, através do uso compartilhado de algum equipamento, por exemplo, nem físico, com o compartilhamento de espaço público ou semipúblico pelos moradores daquelas duas áreas. De fato, as duas localidades são extremamente distantes entre si, tanto em termos culturais como históricos, separados por grandes barreiras econômicas e demográficas.

Com essa situação em mente deveríamos optar somente por um dos lugares para a caminhada. A Conchada foi automaticamente eleita por mais de um motivo, um deles por se tratar de uma vizinhança que nenhum dos nove componentes do grupo tinha grande conhecimento sobre. Por mais que todos nós morássemos em Coimbra, a Conchada sempre foi, se muito, lugar de passagem e não de estadia.

Com pesquisa mais aprofundada sobre a história da Conchada e reuniões com a Professora Doutora Sandra Xavier, a caminhada ganhou caráter etnográfico e pedagógico, o que se tornou a força motriz dos esforços de organização tanto interna, do coletivo a estruturar o evento, como também externa, de mobilização comunitária para popular tal iniciativa. A Professora também sugeriu que o percurso não fosse definido previamente, e sim que as pessoas decidissem o caminho que gostariam de seguir baseado nos seus próprios interesses e curiosidades.

Em última análise, foram as pesquisas de trabalho que estavam sendo feitas dentro do ZÁS colectivo, aliadas à atenção ao patrimônio moderno construído na cidade, que vieram a desembocar no descobrimento de uma série de fatos sobre a Conchada (e os bairros que a cercam) relacionados à luta democrática pelo direito à habitação, à resistência e desobediência civil em momentos de profunda repressão de direitos civis, e à resistência comunitária frente à pobreza e marginalização impostas a eles, principalmente durante o Estado Novo Salazarista (1933–1974). Foi o caráter histórico, aliado ao nosso claro e comum desconhecimento prévio em relação a essa parte da cidade, que nos imbuíu de vontade e solidificou a certeza de que a caminhada poderia ser uma oportunidade excelente de melhor entendimento da história de Coimbra e seu lugar na luta histórica pelo direito à Cidade.



Imagem 8: Fotografia da caminhada, ZÁS colectivo, setembro 2022.

Como caminhar?

Abrir-se para a experiência da caminhada é, em primeira análise, abrir-se para o desconhecido. Parte desse processo passa pelo entendimento que nossas vivências, ideias e concepções têm um lugar em contexto muito maior, sobre o qual sabemos muito pouco, quase nada ou nada de todo. Para que consigamos abrir-nos a experiência e extrair dela ensinamento, precisamos estar atentos à maneira como nos posicionamos frente ao desconhecido, seja ele um novo projeto, uma nova intervenção ou uma caminhada pela vizinhança. No limite de nós, posicionamo-nos em um lugar de escuta e aprendizado, e os que falam e ensinam são os outros, a partir de suas próprias vivências, seus próprios ideais e concepções, até que percebemos que não estamos mais no limite de nós, mas sim, no começo do outro.

O exercício de escuta e atenção continuada de realidades mais ou menos distantes não é novo. A Antropologia e a Etnografia já exploram, há décadas, os limites, potencialidades de métodos de escuta, entendimento e categorização de material recolhido em contextos de mergulhos profundos em realidades estrangeiras. Tim Ingold, antropólogo britânico, defende que a observação participante como uma forma de abertura de espaço para o outro dentro de nossas realidades individuais é o propósito final da própria Antropologia:

“[Anthropology's purpose] is rather to open up a space for generous, open ended, comparative yet critical inquiry into the conditions and potentials of human life. It is to join with people in their speculations about what life might or could be like, in ways nevertheless grounded in a profound understanding of what life is like in particular times and places.” (Ingold, 2013, p.4).

A prática da Arquitetura pede como base de funcionamento uma atenção aprofundada sobre o contexto material e imaterial que envolve qualquer intervenção. Independente da escala de trabalho, cada campo tem instrumentos próprios de leitura, aferição e projeção da realidade, que procuram ordenar, categorizar e compreender o desconhecido, o que é não-familiar. A Antropologia, como um campo que também exige atenção aprofundada, intencional e continuada em realidades materiais e imateriais, apresenta uma gama de ferramentas próprias que produzem determinados resultados próprios. Tais resultados produzem uma versão da

complexa realidade que se apresenta diante de nós, mais uma pequena peça que aprofunda nossa naturalmente limitada concepção da realidade dos outros.

Caminhamos, portanto, de forma atenta, com curiosidade e seriedade em relação à vivência que não é a nossa, sensíveis ao que o ambiente construído nos tem a dizer sobre seu presente e sua história. Levamos conosco a consciência de que nosso lugar é limitado no que tange ao entendimento de uma realidade que não foi a que nos moldou, mas pode ser uma que abre portas para um entendimento ainda mais profundo de onde viemos e, em última análise, aos caminhos possíveis para os quais podemos seguir, juntos.

OFICINA DE REGISTRO ETNOGRÁFICO
com Sandra Xavier

- + CAMINHADA PELO LOCAL
- + MAPEAMENTO COLETIVO
- + CONVÍVIO COM PERFORMANCE AO VIVO
com Frederico Nunes



18.09.22 - 15H
LARGO DA CONCHADA

Com esta caminhada, pretende-se reinterpretar o ambiente desenhado e construído, mas também a multiplicidade de práticas espaciais, memórias, interditos, significados escondidos que fazem cidade. Os participantes são convidados a dar atenção ao que vêem, mas também ao que ouvem, cheiram e sentem; E a documentar esta caminhada colectiva através de diferentes mídias e registos (desenho, escrita, fotografia, áudio, vídeo...) para debate e mapeamento dos encontros que, inesperadamente, surgirem.

A Conchada é, historicamente, um lugar de grande valor cultural e social no contexto da cidade de Coimbra, entretanto, tem sua história marginalizada em relação às outras narrativas sobre a cidade que se insere. Nesse sentido, a caminhada vem para entendermos melhor a realidade deste espaço urbano e compreendermos melhor as complexidades da cidade que nos cerca. Boa caminhada!

GRATUITO | LIMITE DE 30 PARTICIPANTES
INSCRIÇÕES: MANDAR NOME + N. TELEMÓVEL
POR EMAIL PARA ZAS.COLECTIVO@GMAIL.COM
OU POR MENSAGEM DE TEXTO PARA 912280.482

ZÁS @ZAS.COLECTIVO @FESTIVALAPURA

CAMINHADA EXPLORATÓRIA

OFICINA DE REGISTRO ETNOGRÁFICO
com Sandra Xavier

- + CAMINHADA PELO LOCAL
- + MAPEAMENTO COLETIVO
- + CONVÍVIO COM PERFORMANCE AO VIVO
com Frederico Nunes

18.09.22 - 15H
LARGO DA CONCHADA




CAMINHADA EXPLORATÓRIA

OFICINA DE REGISTRO ETNOGRÁFICO
com Sandra Xavier

- + CAMINHADA PELO LOCAL
- + MAPEAMENTO COLETIVO
- + CONVÍVIO COM PERFORMANCE AO VIVO
com Frederico Nunes

18.09.22 - 15H
LARGO DA CONCHADA



CAMINHADA EXPLORATÓRIA

CAMINHADA EXPLORATÓRIA

Com esta caminhada, pretende-se reinterpretar o ambiente desenhado e construído, mas também a multiplicidade de práticas espaciais, memórias, interditos, significados escondidos que fazem cidade. Os participantes são convidados a dar atenção ao que vêem, mas também ao que ouvem, cheiram e sentem; E a documentar esta caminhada colectiva através de diferentes mídias e registos (desenho, escrita, fotografia, áudio, vídeo...) para debate e mapeamento dos encontros que, inesperadamente, surgirem.

A Conchada é, historicamente, um lugar de grande valor cultural e social no contexto da cidade de Coimbra, entretanto, tem sua história marginalizada em relação às outras narrativas sobre a cidade que se insere. Nesse sentido, a caminhada vem para entendermos melhor a realidade deste espaço urbano e compreendermos melhor as complexidades da cidade que nos cerca. Boa caminhada!

GRATUITO | LIMITE DE 30 PARTICIPANTES
INSCRIÇÕES: MANDAR NOME + N. TELEMÓVEL
POR EMAIL PARA ZAS.COLECTIVO@GMAIL.COM

ZÁS @ZAS.COLECTIVO @FESTIVALAPURA

(em sentido horário, a partir do canto superior esq.) Imagem 9 e 10: Duas variações de pôsteres produzidos e distribuídos pelo ZÁS colectivo para a divulgação da Caminhada Exploratória pela Conchada elaborados pelo ZÁS colectivo; Imagens 11 e 12: Frente e verso de flyers espalhados pela cidade para a da Caminhada Exploratória pela Conchada elaborados pelo ZÁS colectivo.

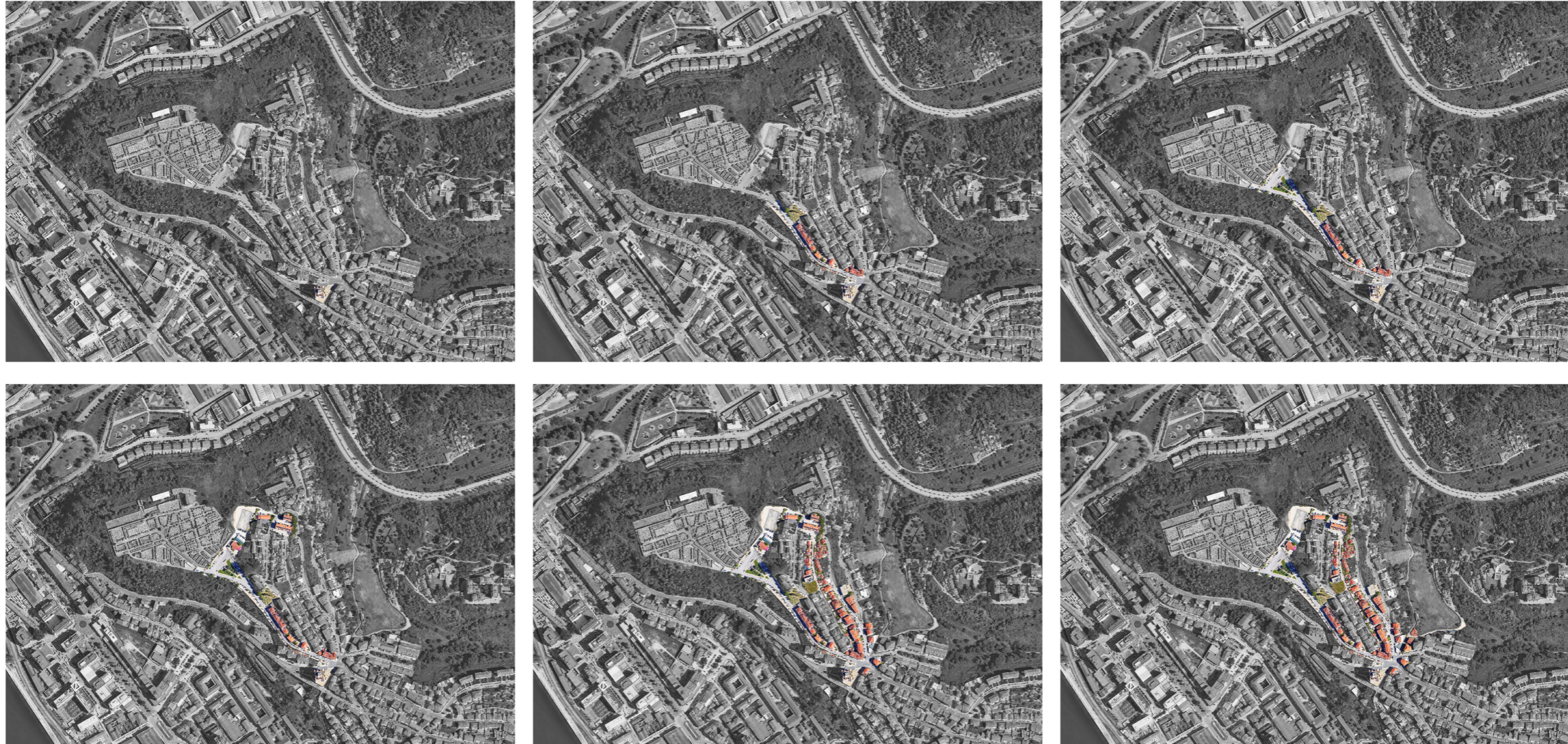
Com quem caminhar?

Mesmo dentro da ideia de uma caminhada inicial, a vontade geral sempre foi a de que caminhássemos em conjunto com outras pessoas, fossem membros do ZÁS colectivo ou indivíduos externos a ele. Quando decidimos caminhar pela Conchada estava claro que haveria de existir uma comunicação por parte do coletivo de mobilização de pessoas interessadas que fossem outras para além das pessoas que conhecíamos, pessoalmente, profissionalmente ou na Universidade. Nesse sentido, foi necessário preocuparmo-nos com que a comunicação fosse efetiva e alcançasse os interessados, independentemente de sua idade ou círculo social.

Houve um esforço coletivo de entendimento das limitações de nossas ferramentas principalmente em relação à comunicação digital. Mesmo que muito rápida e relativamente barata, apresentava-se limitada em relação aos usuários, em sua maioria jovens ou, quando mais velhos, geralmente membros da comunidade acadêmica. Assim, decidimos imprimir panfletos e os distribuir em diversos pontos da Conchada, com a ajuda da Professora Sandra Xavier (imagens 9, 10, 11 e 12).

No total, dezoito pessoas, além de cinco integrantes do ZÁS e da Professora Sandra Xavier estavam presentes durante a caminhada. Eram em sua maioria jovens estudantes, salvo algumas exceções. A maioria deles nunca havia sequer entrado na Conchada: eram pessoas com interesse de explorar um território da cidade no qual nunca haviam estado. Alguns outros participantes, principalmente os mais velhos, eram residentes de Coimbra e arredores e viveram alguma história com a vizinhança: apresentavam, por exemplo, ex-moradores que passaram alguma parte importante de suas vidas no bairro e tinham algum interesse nostálgico em andar pela vizinhança e perceber as mudanças em relação a memória que guardavam dali. Essas pessoas também foram as que partilharam algumas histórias de vida e curiosidades sobre suas vivências ali. Havia interesse por parte de todas as pessoas de se conectarem com o ambiente, mas principalmente, de o fazerem com outras pessoas e a maioria levava um amigo ou colega consigo.

△



(da esq, oara dir. de cima para baixo) Imagens 13, 14, 15, 16, 17 e 18: Foto montagens da caminhada sobre fotografia de satélite elaborada pelo autor.

A Caminhada.



Imagem 13: Imagem da Conchada somente com o ponto de início da caminhada (Edifício Panorama) a colorido elaborada pelo autor.



Imagem 19: primeiro momento de chegada dos participantes no edifício Panorama, com algumas palavras do morador da Conchada e apresentação do bairro e história, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 20: primeiro momento de chegada dos participantes no edifício Panorama, com algumas palavras do morador da Conchada e apresentação do bairro e história, setembro 2022, ZÁS colectivo.

No dia 18 de setembro de 2022, um grupo de aproximadamente cinco pessoas abrigou-se do sol do verão coimbreense à sombra do edifício Panorama no Largo da Conchada, ponto de encontro da caminhada. O vento estava quente o que fez parecer que a temperatura passa dos 32 graus acusados pelo termômetro da farmácia que passei no caminho para cá. Todos os presentes são membros do ZÁS colectivo, todos à espera do resto dos inscritos na caminhada exploratória pela Conchada, além da Professora e Antropóloga Sandra Xavier, parceira do colectivo neste evento (imagens 19 e 20).

A Maria e Bernardo, organizadores do Festival Apura e também parceiros do ZÁS colectivo na caminhada, ficaram responsáveis por trazer algumas mesas serem armadas e ali acontecer a dinâmica de criação dos mapas coletivos. A caminhada faz parte do calendário do Festival que ativa diferentes pontos da cidade com música, workshops e saraus durante o verão. A professora Sandra encarregou-se de levar algum lanche para o fim do dia, quando estivéssemos já todos de volta nesse mesmo lugar para a apresentação do músico Frederico Almeida Nunes, saxofonista, uma das atrações do Festival.

O dia estava aberto e não havia nuvens no céu, então estivemos menos preocupados com a possibilidade de chuva. Nos dias e semanas que antecederam a caminhada, a Professora Sandra Xavier esteve na Conchada algumas vezes e conversou com moradores. Em uma das visitas iniciou conversa com um senhor, que nasceu e cresceu na Conchada e concordou em nos acompanhar para compartilhar um pouco de sua história.

Após a chegada de todos e as mesas postas, nos reunimos em uma roda para darmos início ao evento. Falei algumas palavras, assim como meus colegas e a Professora Sandra. Ao dividirmos tarefas dentro do colectivo, a parte de nós que ficou responsável pela contextualização dos ali presentes expuseram brevemente a história da Conchada. A professora Sandra também explicou aos caminhantes maneiras possíveis de registro do que os cercava e deu alguns exemplos de como, por meio de fotos, anotações ou desenhos os participantes poderiam absorver as informações presentes no ambiente que os cercava. O senhor morador ajudou-nos a entender, a partir das suas experiências, que a história daquele lugar é uma sucessiva de negações por parte do poder público, mesmo nos assuntos mais simples como o plantio de árvores em uma das Ruas principais do local.

Começamos a andar em direção ao nosso primeiro destino o Cemitério da Conchada. Atravessamos a Rua Aveiro em direção noroeste rumo à Alameda Conchada, via que termina no



Imagem 14: Imagem da Conchada com o percurso até o jardim comunitário a colorido elaborada pelo autor.



Imagem 21: Arruamento Alameda Conchada, setembro 2022, ZÁS colectivo;



Imagem 22: Vista a Sul da Alameda Conchada, entre torres, setembro 2022, ZÁS colectivo..



Imagem 23: Fotografia do jardim alvo de descaso do poder público, setembro 2022, ZÁS colectivo;

Cemitério, algumas centenas de metros à frente. Segundo ele, a Rua que estávamos foi fonte de imensa tensão entre a Câmara Municipal e os representantes dos moradores da Conchada, que queriam o replantio de diversas árvores podadas pelo poder público há quase uma dezena de anos antes. A luta pela reflorestação da Rua se arrastou pelo tempo e as árvores recém-plantadas no local foram fruto dessa resiliência por parte dos moradores frente à ineficiência da Câmara Municipal.

Os caminhantes se espalharam pela Rua, com passadas em diferentes ritmos. Alguns esperavam pelo senhor morador, e ouviam suas histórias, enquanto outros caminhavam em grupos de dois ou três, ou até mesmo sozinhos, a tirar fotos e parar à frente de portões de ferro a espreitar o interior dos terrenos ou apontar para gatos nas janelas. A Rua é composta, de um lado, por casas de dois andares e pés direitos altos, coladas ao arRuamento, com jardins laterais (Imagem 21). Na altura do número 28 da Alameda, o senhor morador ressaltou que a reabilitação em curso da vivenda de grande porte num terreno de esquina foi fruto da venda a um grupo privado por quase um milhão de euros, porque a *“Conchada tem esse poder, está muito perto do centro e os imóveis aqui são um ótimo investimento”*. À frente da porta de entrada do casarão, dentro dos muros da propriedade, uma laranjeira suja de poeira das obras demonstra resiliência ímpar ao prover, mesmo contra todas as intempéries, laranjas de cor forte.

Um pouco mais à frente na Alameda, as torres modernas da Rua debaixo cessam e conseguimos uma vista desimpedida para o restante da cidade e para o Mondego, a Sudoeste (Imagem 22). A vista nos relembra o ponto alto em que nos encontramos, imperceptível quando cercados de prédios e casas nas áreas mais densas da Conchada. À nossa direita, as residências continuam em ritmo constante, alternando entre casas de dois andares e edifícios simples de apartamentos de no máximo três, todos encostados à Rua. O sol das quase 16h não dava trégua numa Rua com árvores novas e o vento quente piorava a sensação de abafamento. Bebi um pouco da minha água. Não há ninguém na Rua a não ser nosso grupo de andarilhos e os carros a ir e vir nas duas direções são escassos.

Andamos mais um pouco, o senhor morador aponta para o que em algum momento já foi um jardim comunitário (Imagem 23). Localizado ao lado direito da Rua em direção ao Cemitério em um terreno em declive relativamente acentuado, o jardim era acompanhado à sua direita por uma escada que ligava as cotas da Alameda da Conchada com a Rua de cima, a R. Alto da Conchada. O lote era do tamanho, em escala, de dois terrenos estreitos e compridos que dão o ritmo para a Alameda. Tocos de árvores de médio e grande porte estão à vista e a grama é rasteira, mas percebe-se que o corte fora feito sem muito cuidado. O senhor morador diz



Imagem 15: Imagem da Conchada com o percurso até os portões do Cemitério da Conchada a colorido elaborada pelo autor.



Imagem 24: enfiamento da Alameda Conchada, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 25: participantes da caminhada foram incentivados a explorarem de forma livre o que mais os interessava, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 26: Portões do cemitério da Conchada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

que o jardim era frequentemente utilizado pelos moradores há alguns anos, mas no momento em que as plantas do jardim precisaram de certo tratamento e algumas das árvores de grande porte ameaçaram cair, a Câmara foi feita ciente. Certo dia, sem aviso prévio, representantes teriam vindo à Conchada e cortaram todas as árvores do jardim, até mesmo as que não estavam doentes. Por isso, diz ele, que não podemos descansar à sombra delas hoje. “Fazem falta!”.

Olhei em direção noroeste, para o fim da Rua e percebi que o enfiamento da Alameda da Conchada era urbana e visualmente interessante (Imagem 24). Mesmo com a grelha interna do Cemitério torcida em um oitavo de volta em relação ao eixo da Rua de acesso, a capela interior do equipamento estava completamente à vista e enquadrada, a uma cota ligeiramente superior, a Alameda Conchada. Mesmo fora de alcance do percurso público imediato, dentro dos altos muros do Cemitério, via-se claramente qual era o fim do percurso entendido pelos desenhadores: a missa final.

Alguns dos caminhantes subiram as escadas em direção à Rua à cota superior, outros pararam pelo caminho para explorar (Imagem 25). Eu permaneci na Alameda Conchada, um pouco atrás da Professora Sandra e do senhor morador, mas sem ouvi-lo tão bem. Mesmo sendo uma caminhada em conjunto, desde o início foi intencionado que os participantes caminhassem de forma livre e fossem explorados lugares que os interessasse de forma orgânica, mesmo que isso significasse uma debandada do grupo original. O mais importante seria que compartilhassem, ao final, suas experiências e percepções dentro do caminho que decidiram seguir.

A parte do grupo que decidiu caminhar pela Alameda Conchada, eu incluído, chegou ao largo triangular à frente dos portões do Cemitério por volta das 16h30, eu incluído. Automaticamente, todos os andarilhos se abrigaram à sombra de nove oliveiras, dispostas em duas filas, uma com cinco e uma com quatro árvores, que ladeavam um caminho de terra batida no centro do jardim triangular. Tal disposição reitera o eixo direto com os grandes portões duplos em ferro fundido que anunciam a entrada do Cemitério (Imagem 26). Aquele era o primeiro momento no qual estivemos à sombra.

Passados alguns minutos e alguns goles d’água, algumas pessoas levantaram-se e rumaram até o portão do cemitério e, assim escutei uma troca de ideias entre eles e o segurança à porta. Estava longe demais para entender o que diziam naquele momento, mas um dos integrantes da caminhada deu meia-volta e anda na minha direção, como se para dizer-me alguma coisa. Levantei-me do banco e encontrei-o no meio da Rua sem carros. Disse-me que o senhor da



Imagem 16: Imagem da Conchada com o percurso até as duas torres do Bairro da Misericórdia a colorido elaborada pelo autor.



Imagem 27: Imagem do caminho lateral tomado pelos participantes da caminhada. O edifício em branco é a Escola Básica da Conchada (EB1), setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 28: No muro lateral, pequenas peças de mobiliário de jardim se amontoavam para criar espaços de estar ao redor de mesas de concreto, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 29: Palco de madeira que nos recebe, em frente ao Clube Real da Conchada, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 30: Na sombra, os caminhantes e os moradores se abrigam do sol de Setembro em frente do Clube Real da Conchada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

entrada solicitou que mostrássemos uma autorização para entrarmos no cemitério, pois, como somos um grupo, precisamos de autorização prévia. Andei em direção ao segurança que parece bastante incomodado. Ele perguntou se era o responsável pelo grupo e reiterou o pedido de autorização requerida pela direção do Cemitério. Eu me apresentei e digo que não temos a intenção de entrarmos todos como grupo no Cemitério, e os que entram estão por conta própria. Ele reiterou que não podemos entrar todos juntos, que não seria permitido. O caminhante que falava comigo momentos antes passou por nós e entrou, com uma amiga, para dentro do equipamento. Eu agradei o segurança pela informação prestada, viro-me e fui juntar-me aos outros, que já se encontravam de pé, no meio do jardim triangular, a discutir os próximos passos.

Decidimos seguir pelo caminho de terra à direita, entre o muro alto do cemitério e o que delimita o terreno da escola de Ciclo Básico na Conchada, a EB1, em direção ao Clube Real da Conchada, alguns metros à frente (Imagem 27). Sem o senhor morador, seria pouco provável que alguém assinalasse aquele percurso, por ser um tanto escondido. Passamos por um campo de futebol vazio à nossa direita, ladeado por um muro lateral (Imagem 28) e, à nossa frente, um palco de madeira (Imagem 29). Viramos a nordeste em direção a uma casa modesta de dois andares com algumas mesas e bancos de betão à frente, pintadas nas cores do clube, a combinar com a fachada: vermelho e branco (Imagem 30).

Alguns moradores encontravam-se sentados em uma das mesas, e conversavam ao abrigo da sombra projetada pela fachada e algumas árvores. Eles reconheceram nossa chegada, deram-nos boa tarde mas logo voltaram a seu assunto. Alguns caminhantes entraram na pequena casa onde funciona um bar, para comprar refrescos, enquanto outros sentaram à frente a conversar sobre a experiência até agora. O senhor morador disse-nos que ali era comum haver convivência de moradores e nos tempos que ele era mais novo sempre estava cheio de pessoas, mas o bar estava cada vez menos frequentado porque muitos dos moradores mais antigos da Conchada haviam se mudado, dando lugar a residências ocupadas de forma temporária. Ele nos assegurou que havia ainda um pequeno grupo de moradores que sempre vivia aquele espaço.

A Rua de terra, acesso ao Clube Real da Conchada, desembocava numa que, de um lado, contava com casas de um andar, idênticas umas às outras. Do outro lado, alheios à regra urbana, dois edifícios de habitação popular, de quatro andares cada, pintados de branco apresentavam-nos suas empenas quase mudas. O senhor morador informou-nos que aquelas casas idênticas haviam sido parte de um esforço da Câmara para formalizar a habitação na Conchada, que antes apresentava sua maioria em bairros de lata e que haviam sido construídas para os trabalhadores que moravam na região. Explicou que aquele terreno onde se erguiam as duas torres de habitação



Imagem 17: Imagem da Conchada com o percurso até o Largo da Conchada a colorido elaborada pelo autor.



Imagem 31: Rua Misericórdia, com suas casas em diferentes estados de conservação, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 32: Primeira da série de plataformas ligadas por escadarias que conectam as Ruas Guilherme Gomes Fernandes e a Misericórdia, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 33: Edifícios em estado de abandono na Rua Guilherme Gomes Fernandes, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 34: Casa em estado de abandono na Rua Guilherme Gomes Fernandes, setembro 2022, ZÁS colectivo.

social, recém recondicionadas, era um terreno sem uso quando ele era mais jovem e que aquelas torres haviam sido foco de muita disputa entre moradores. Sua condição hoje era infinitamente melhor do que a anterior, que descreveu como terrivelmente precária.

Passamos entre as torres em direção a um percurso por entre umas folhagens para conseguirmos aceder a uma escada que arranca na cota da Rua Guilherme Gomes Fernandes e cria acesso à Rua Misericórdia, algumas cotas acima. Acedemos a última, de mão única, com carros parados em um dos lados, sem passeio, com casas de um a dois andares e muros baixos, feitos mais altos com adições de placas metálicas e painéis de madeira, alguns pintados, outros não (Imagem 31). Ao longo da Rua, as casas se encontravam em diferentes estados de conservação, algumas aparentemente abandonadas, outras recém-reabilitadas, outras ainda completamente descaracterizadas, agora contemporâneas, com caixilharias de plástico, linhas sóbrias e vidro no corrimão das escadas. Estávamos paralelos à Rua do Alto da Conchada e um vazio na malha de construção de casas nos permitiu vislumbrar a parte de cima do Jardim desmatado que o senhor morador havia assinalado anteriormente.

À nossa esquerda, o senhor morador dirigiu-nos para uma pequena plataforma, à cota da Rua, de onde desciam escadas para acesso à Rua de baixo, a Rua Guilherme Gomes Fernandes. A plataforma, de no máximo cinco metros por cinco, apresentava uma jardineira circular de concreto ao meio, com plantas mortas, e bancos de concreto nas laterais. Uma série de plataformas ligadas pela escada suavizavam a descida e uma delas servia de cota de acesso para uma casa à esquerda da escadaria (Imagem 32). Descemos.

A Rua Guilherme Gomes Fernandes é uma Rua relativamente mais larga do que as outras, mas também de mão única. Vários edifícios em aparente estado de abandono ladeavam a Rua (Imagem 33 e 34). Descemos a Rua em silêncio. Chegamos ao Largo, nos encontramos quase todos ali. O senhor morador nos diz que podíamos terminar a caminhada e voltar para o edifício Panorama, ou podíamos descer pela Rua Rego do Bonfim, para vermos o vale que separa a Conchada dos bairros além. Alguns de nós concordaram em descer, outros decidiram pela volta ao edifício para descanso. Eram quase 18h, a hora combinada para estarmos de volta ao edifício para finalizarmos a caminhada.

Na esquina da Rua Rego com a Frei Tomé de Jesus, um amontoado de troncos retorcidos, móveis e panos se amontoava entre a calçada e o muro do edifício de esquina. Foi-nos dito que ali trabalhava um artesão especializado em madeira e outros materiais e criava algumas



Imagem 18: Imagem da Conchada com o percurso completo da caminhada, incluída a Rua Rego Bonfim, a colorido elaborada pelo autor.



Imagem 35: O que se anunciava como somente uma amalgamação de lixo na esquina é revelada ser o local de trabalho de um artesão local, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 36: Axonometria feita pelo ZÁS colectivo para serem preenchidas pelos participantes ao fim da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 37: A dura subida da Rua Olival de São Domingos, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 38: O momento de marcação dos mapas foi marcado por intensa troca de ideias e impressões pelos caminhantes, setembro 2022, ZÁS colectivo.

obras. Por morar na Rua, não tinha outro lugar para trabalhar senão ali, e os moradores não se incomodavam (Imagem 35).

A Rua Rego Bonfim é uma descida violenta de uma única pista, ladeada por muros de contenção de terras. Descemo-la e viramos a primeira à direita, a R. Olival de São Domingos, uma estrada que continua a descer, ainda mais íngreme e estreita. Um senhor subia a Rua, levando algo nas costas e é cumprimentado pelo senhor morador e se apresenta como residente há vinte anos da Conchada. Ao descer a Rua, nosso guia estava a tentar puxar pela memória a quem pertencia o imenso terreno privado que a Rua em que estávamos ladeava. Perguntou ao homem que acabávamos de encontrar, que disse que sabia que tinha sido comprado por uns estrangeiros. O senhor morador lembrou-se que usava um caminho por entre o matagal, além da linha d'água central ao vale, para aceder ao bairro vizinho. Nesse momento éramos doze os que haviam descido até aquela cota. Lembramos aos que ali estavam que precisávamos voltar para o Largo, pelo que já era horas de começarmos a desenhar os mapas.

Voltamo-nos a Sul e subimos, com alguma dificuldade, as Ruas que havíamos acabado de descer (Imagem 36). Encontramo-nos com o resto do grupo na área semipública, cercada por correntes, que serve como base de onde cresce o edifício Panorama para que possamos dar início ao momento de mapeamento da experiência por parte dos caminhantes.

Havíamos impresso quatro folhas A1 de um desenho digital produzido pelo ZÁS colectivo da Conchada vista de cima (Imagem 37). Sobre esse suporte, pedimos para que os participantes da caminhada desenhassem, colorissem e marcassem o percurso que fizeram e colocassem algumas opiniões sobre o ambiente que os cercava. Esse material seria, posteriormente, tratado pelo colectivo e compilado em um único mapa etnográfico daquela caminhada, que mostra não só uma fotografia do momento em que a caminhada foi produzida, mas também oferece uma janela para a experiência colectiva.

O momento final fora marcado por uma troca muito intensa entre os caminhantes, que discutiam sobre os melhores e piores pontos, os mais ou menos interessantes do percurso, sobre suas vontades de refazer a caminhada, possíveis novos lugares por onde poderiam caminhar, e histórias de vida sobre aquela vizinhança.(Imagem 38) A subjetividade de cada uma molda quais os aspectos que chamaram mais a atenção de uns ou que passaram despercebidos para outros. O senhor morador se fez presente até agora, conversando com os integrantes da caminhada e trocando impressões.



Imagem 18: Novamente, imagem da Conchada com o percurso completo da caminhada, incluída a Rua Rego Bonfim, a colorido elaborada pelo autor.



Imagem 39: o momento de criação conjunta e individual dos mapas sensíveis da experiência da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 40: Os caminhantes assistem o músico Frederico Ribeiro no evento de encerramento da caminhada sensorial, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 41: Moradores da Conchada também aproveitam o momento musical junto com os caminhantes, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Esse momento final de apresentação do músico Frederico Ribeiro, dentro da programação do Festival Apura, nos relembra que o ZÁS colectivo funciona coletivamente. Não só em sua gênese colectiva, mas também exercitando suas conexões para além de seu núcleo (Imagem 39 e 40). Sentados, após a caminhada, não fomos os únicos a ouvir aquele espetáculo: o som do saxofone ressoava nas paredes dos edificios atrás de nós, convidando a qualquer um ali a ressoar na mesma vibração (Imagem 41).

Os nossos passos.

Como pode-se perceber, o ato de caminhar é extremamente fulcral no processo de entendimento de um ambiente urbano. Há, nas ferramentas tradicionais da arquitetura, uma abstração confortável que nos concede uma ilusão de controle absoluto da cidade e seus fluxos a ponto de abstratizarmos a primeira numa série de formas e linhas, cheios e vazios. Ao começarmos a análise pela caminhada, começamos pelo ponto mais importante e pelo motivo primeiro que se faz Arquitetura: pelas pessoas. A experiência da caminhada vem a ser mais uma das várias ferramentas de leitura espacial possíveis, que intencionalmente nega o distanciamento e abstração formal e tecnocrata máxima em prol de uma perspectiva participativa, inclusiva e atenta às pessoas. Tal ferramenta se mostra essencial para qualquer construção de futuro que pretenda atender às demandas coletivas e que deseje-se que evite reiterar violências causadas pelos processos de intervenção urbana anteriores e, no melhor dos casos, seja em si mesma, mais um passo na direção de pacificar tais dissonâncias.

Na caminhada, o caráter político da cidade se mostrou incontornável ao percebermos que a história da cidade é a história de sua gente. Tal história é fundamentalmente política por se tratar de grupos de pessoas e suas decisões, em constante fricção umas com as outras, organizadas em uma estrutura urbana específica, fruto dessa política. Os mapas produzidos (Imagem X, X, X) são a demonstração de que o suporte urbano ganha infinitos contextos quando se trata da subjetividade de cada cidadão que, em conjunto, compõem o mosaico de entendimentos, sentidos e vivências que é o espaço urbano.

O que ficou deste processo é a certeza da centralidade da escala humana dentro da construção identitária de um lugar e que esta identidade está em constante mudança. Todos os processos políticos materializados na Conchada, como em outros pontos da cidade, não são estanques porque estão escritos em tijolo e concreto, muito pelo contrário. Os processos que se dão lá, como também em outros lugares marginalizados da cidade, se tornam especialmente importantes ao entendermos que o que é negado historicamente por uma sociedade explícita claramente seus valores que, por sua vez, impactam a cidade mesmo que pela sua ausência.

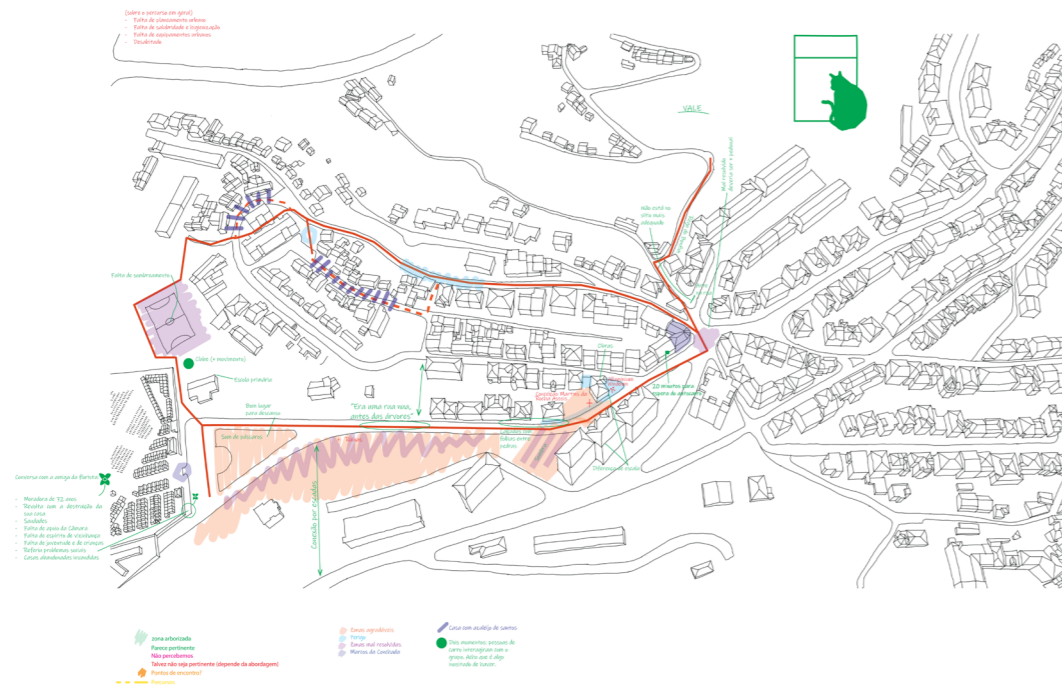


Imagem 42: Versão digitalizada e tratada pelo ZÁS colectivo de um dos três mapas produzidos pelos participantes ao fim da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 43: Versão digitalizada e tratada pelo ZÁS colectivo de um dos três mapas produzidos pelos participantes ao fim da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.



Imagem 44: Versão digitalizada e tratada pelo ZÁS colectivo de um dos três mapas produzidos pelos participantes ao fim da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

O ambiente construído da Conchada, é fruto de suas constrictões e de uma história que os coloca permanentemente em um estado de marginalização perante o resto da cidade e as histórias contadas por moradores refletem esse processo, que perdura até hoje. É somente com o contacto com essas pessoas que se entende o aspecto humano desse suporte físico. Percebe-se que, ao longo da história, mesmo que um suporte material evolua muito lentamente, as estruturas políticas e entendimentos sociais avançam em ritmo mais acelerado e pedem a ressignificação dos espaços para que estes dialoguem com as realidades políticas daquelas pessoas.

De modo a entender o presente é necessário o conhecimento dos processos que o tornaram no que é hoje. Por meio da caminhada, compreendermos uma realidade humana do presente da Conchada e uma história contada pelos que a viveram. É o momento, então, de debruçarmo-nos sobre um passado escrito pelas suas Ruas, suas vielas, pelos seus cheios e, principalmente, pelos contornos de seus vazios. Pela leitura dos mapas originados a partir do fim da Caminhada, pode-se perceber que a marcação da falta de percursos alternativos aos viários de e para a Conchada gera um problema de estacionamento, com carros avançando sobre o passeio e impedindo a passagem e acessibilidade de cadeira de rodas, por exemplo, ao longo de todo o Bairro. Assinala-se também que as fontes urbanas de água potável, importante ponto de encontro para os moradores, agora não mais se encontram em funcionamento.

Na imagem 42 percebe-se que as zonas consideradas mais agradáveis pelos caminhantes eram as que continham mais espaço verde e sombra. Além disso, documenta-se alguma conversa com a população, que registam que os moradores mais velhos sentem falta do senso de comunidade que antes existia no bairro, bem como o espírito de vizinhança. Ressalta, ainda, os problemas sociais ainda persistentes na Conchada além do abandono de casas e apartamentos. No largo da Conchada, ressalta-se um problema de transportes, pelo que o tempo de espera entre autocarros é longo (maior que 20 minutos). Além disso, o excesso de carros estacionados cria um largo pouco pedonal e que desestimula a ocupação por parte de moradores e peões; Na imagem 43 foi compartilhada uma história de infância em relação ao portão do Cemitério da Conchada, vivida por uma das participantes mais velhas da caminhada.

Na imagem 44 há ainda a marcação de dois novos pontos de interesse, a “Associação do Seu Jiló”, nome que recebe o bar do Real Clube da Conchada, que leva o nome do dono. E, na Rua Padre de Melo, uma horta que pertence ao Sr. Soares. Denota-se aqui o poder das personalidades do bairro, por vezes assumindo papéis comunitários mais relevantes do que as instituições que nele se instalam.



Imagem 45: Fotografia da Caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Contornos

A análise proposta pelo arquiteto e teórico Aldo Rossi³ (1981)⁴ define o conceito de *locus* como uma categoria política da cidade (Aurelli, 2008). Desse modo, as forças políticas que moldam a cidade são levadas em consideração para entender sua forma, pelo que o fenômeno urbano é um fenômeno político (Rossi, 1982). É a partir dessa ótica que a Conchada será analisada. A definição das fronteiras de um lugar é uma tarefa complexa quando se pretende considerar fatores que vão além da materialidade urbana conferível. Existem inúmeras maneiras de definição de um lugar e cada uma delas evoca um conjunto de ferramentas e lentes próprias de duas disciplinas. Sendo esta uma dissertação no campo da Arquitetura, coloca-se no centro da análise o espaço físico e as forças que o constituíram. Para que seja possível a análise do território de forma compreensiva, é importante que o suporte físico seja lido como fruto de processos históricos e sociais, pelo que são eles que conformam e delimitam sua identidade coletiva (Silvano, 2017). Por isso, na tentativa de delimitar a complexa realidade da Conchada, traz-se à luz seus contornos urbanos e históricos com o objetivo de obter mais clareza em relação aos seus contornos identitários.

³ (1931 – 1997).

⁴ A primeira edição do livro “*A Arquitetura da Cidade*” (“*L’architettura della città*”, no original) é de 1966.

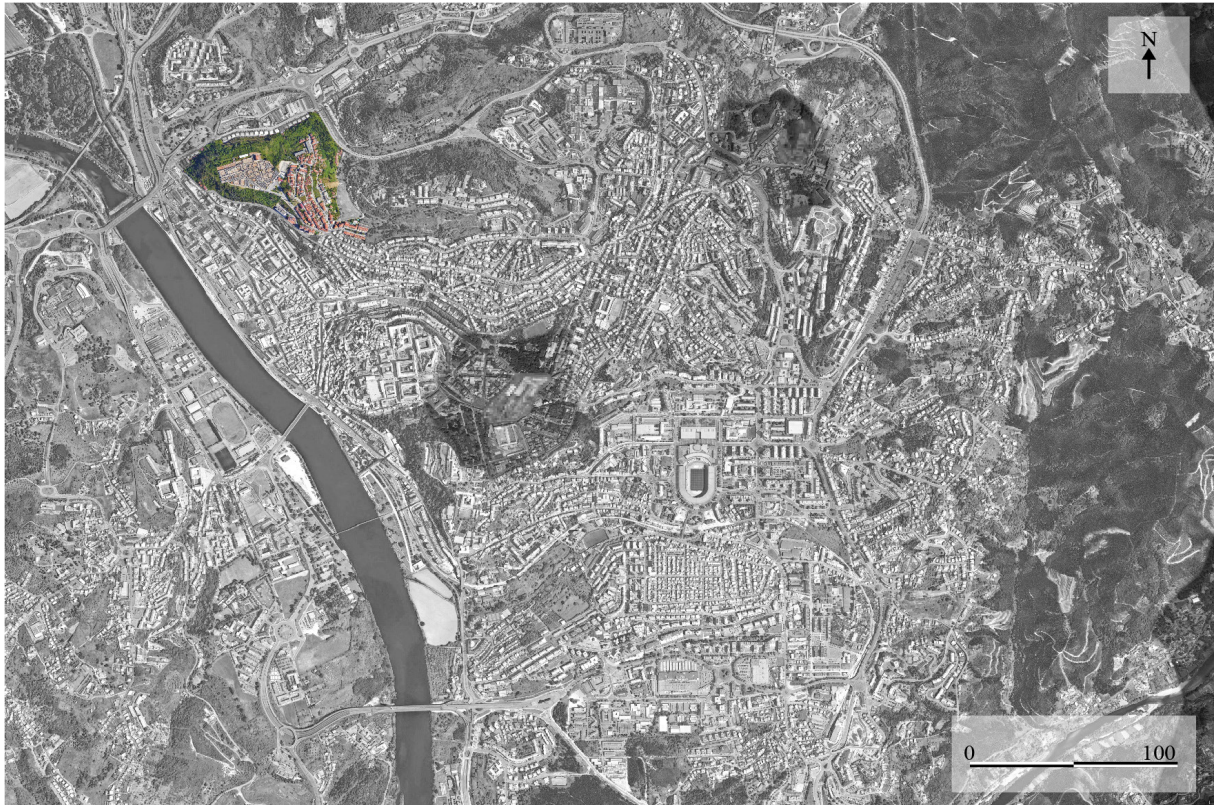


Imagem 46 e 47: Contexto da Conchada na cidade de Coimbra, fotografia de satélite tratada em Photoshop elaborada pelo autor.

Contornos Urbanos

Aldo Rossi (1981), na tentativa de estabelecer um método robusto de análise urbana espacial robusto, busca nas ideias do geomorfologista francês Jean Tricart⁵ a divisão do escopo da análise de um lugar: a escala da Rua e espaços adjacentes; a escala do bairro, como conjunção de quarteirões com características comuns; e a escala de toda a cidade, como conjunção destes bairros. O fator que tornaria essas escalas relacionáveis seria um conteúdo social homogêneo (Rossi, 1981), uma identidade específica. Ou seja, sua metodologia em escalas aprofunda o entendimento do evento urbano em análise ao permitir levar em conta tanto a estrutura de organização urbana interna do bairro quanto sua relação com os adjacentes e como essa conjuntura impacta na formação de um conteúdo social reconhecidamente coerente.

A Conchada é uma sub-região de aproximadamente 40.000 quilômetros quadrados, pertencente à freguesia de Santa Cruz, do concelho de Coimbra e é populada por aproximadamente 500 habitantes (Silva, 2012). Suas fronteiras definem-se da seguinte forma:

[...] colina que hoje se vê limitada ao norte pelo vale de Coselhas, a poente e a sudoeste pela Rua da Figueira da Foz e Rua da Sofia e a nascente por Montarroio e Montes Claros. Abrangia, portanto, uma área sensivelmente triangular, muito mais extensa do que actualmente, e que teria os vértices dos ângulos na extremidade sul da Rua da Sofia, na Casa do Sal e no extremo norte do Rego de Benfins (Loureiro, como citado em Silva, 2012, p. 25).

Topograficamente, a Conchada está situada em um dos pontos mais altos da cidade de Coimbra, alguns metros abaixo da Alta. Implantada em uma colina escarpada e pedregosa, se eleva mais de setenta metros da envolvente em seu ponto mais alto, o Cemitério, orientado a poente-sul. Seus limites constituem, a nascente, a ribeira de Coselhas e, a poente, a zona do Arnado. (Cf. Planta da Cidade de Coimbra. Altimetria, 2007, como citado em Silva, 2012)

Como pode-se perceber pela caminhada, a vizinhança é marcada pela existência de diversos núcleos tipológicos que marcam as sucessivas ocupações da vizinhança ao longo do tempo. É verificável a justaposição de construções de habitação operária, por exemplo, com habitações sociais mais recentes seja em torre ou em moradia, dentre outros exemplos de sobreposição. Tais estruturas de habitação são a maioria das construções do bairro e compõem a maioria dos alçados das Ruas que o estruturam.

⁵ (1920 – 2003).

Os eixos viários estruturantes do bairro são a Alameda da Conchada, historicamente via de acesso ao Cemitério, a Rua Alto da Conchada, a Rua Padre de Melo, que vira Guilherme Gomes Fernandes (na altura da intercessão com a Rua Quinta da Misericórdia), a Rua Misericórdia e a Rua 29 de Julho, todas dispostas de forma tortuosa e paralelas umas as outras (Imagem 48).

A partir da leitura de mapas históricos, percebe-se que a Conchada foi por muito tempo um dos pontos finais da cidade de Coimbra, um *cul-de-sac* urbano, até a construção da R. Aveiro na década de 1960. Suas Ruas são de uso interno, para acesso às habitações. Aliada à essa característica de falta de conexão formal com os bairros vizinhos, sua posição a Norte em relação ao centro da cidade e altitude elevada em terreno íngreme e pedregoso são alguns dos motivos morfológicos de seu isolamento. Para agravar tal situação o bairro é marcado pela falta de transporte público ao longo de toda sua extensão com as paragens de autocarro concentrando-se somente nos arredores do Largo da Conchada, seja na R. Aveiro ou na R. Dr. José de Almeida, o que agrava o isolamento de seus moradores, muitos com idade avançada.

Os principais pontos do bairro e seus principais equipamentos são, para além do Cemitério e o Largo (este último com algum comércio de pequeno porte) o Clube Real da Conchada, o Centro de Bem-estar Social da Conchada (espaços de congregação e apoio social aos moradores). A vizinhança conta com somente um espaço litúrgico, a capela no interior do Cemitério que ao que tudo indica não celebra missas. A Conchada conta também com uma escola de ciclo básico (desde 1985), como mencionado na caminhada, a EB1, além do Colégio de São José. Vale ressaltar que os equipamentos mencionados, com exceção do Colégio de S. José, se encontram na periferia direta do Cemitério. Não existe na vizinhança nenhuma escola pública de nível superior ao básico, nem nenhum outro equipamento cultural público: nenhuma biblioteca, nenhum teatro ou centro de espetáculos (Imagem 49).

Contornos Históricos

A evolução urbana de Coimbra é um reflexo dos movimentos políticos e sociais de toda uma nação, principalmente no que tange a construção de infraestruturas e equipamentos de interesse cultural e político (Calmeiro, 2021). Tais transformações sociais produziram seus impactos nas principais urbanidades do território nacional, e Coimbra não é uma exceção. A história da Conchada, na freguesia de Coimbra, é marcada pelo reiterado abandono por parte do Estado ao longo de toda sua existência, acentuada principalmente da segunda metade do século XIX até os meados do século XX.

O “25 de Abril de 1974” age como momento importante de charneira neste *modus operandi*, já que a redemocratização da nação impeliu o poder público nacional às necessidades das populações mais empobrecidas a fim de garantir seus direitos fundamentais. A história urbana da Conchada apresenta marcas que refletem esse processo. Na ausência de assistência do Estado, também é tema constante a proximidade da sociedade local com as casas de apoio aos mais necessitados, principalmente a Santa Casa da Misericórdia, dentre outras instituições. A história a ser brevemente descrita nas próximas páginas é um retrato da luta e resistência das classes menos favorecidas pelo direito à Cidade frente às ausências do Estado e mostram como a evolução de uma urbanidade específica está intimamente ligada com decisões políticas de regulação do território, inclusive as tomadas em escalas muito mais alargadas do que as tomadas pela Câmara Municipal da cidade de Coimbra.



Imagem 50: Baptista, 1845, como citado em anexos de Silva, 2012, folha n1.

Século XIX

Até a segunda metade do século XIX, a área onde hoje se situa a Conchada consistia em uma zona composta pelo encontro das fronteiras de várias quintas, dentre elas a Quinta do Pio, posteriormente Quinta da Conchada e das cercas dos Colégios localizados na R. da Sofia, a sul, dentre eles o Colégio da Graça. Plantava-se dos portões da Cidade de Coimbra, cuja zona era associada às enfermidades, morte e encarceramento:

“Até meados do século XIX, a Conchada ficava para além de uma das portas principais da cidade de Coimbra, a Porta ou Arco de Santa Margarida. Esta porta situava-se entre a extremidade norte da Rua da Sofia e o início da Rua de Fora de Portas, também denominado Rua de Fora de Portas de S. Lázaro ou Rua de Fora de Portas de Santa Margarida e, actualmente, Rua Figueira da Foz. Esta zona noroeste está, de alguma maneira, associada à doença, à morte e a riscos diversos. À doença porque aí, mais exactamente na Azinhaga dos Lázaros, estava instalado o Hospital dos Leprosos. À morte, não só pela inevitabilidade desta a muitos daqueles enfermos, mas fundamentalmente porque aí se situava um dos locais de cumprimento máximo de penas, ou seja, as forcas da cidade de Coimbra, cujo acesso era feito pela Ladeira da Forca.” (Silva, 2012, p.49).

A planta datada de 1945 de Isidoro Emilio Baptista (Imagem 50) é uma das primeiras plantas urbanas de Coimbra que compreende o território da Conchada. Anterior a construção do Cemitério da Conchada, representa a área somente com campos de cultivo. O mapa não compreende a Casa da Quinta da Misericórdia porque dá prioridade a margem do Mondego, a cidade baixa, a Alta de Coimbra e o restante do território mais a sul, ainda tomado por quintas e plantações. Pode-se perceber, entretanto, diretamente ao lado da tabela no canto superior direito da Imagem, a conjugação de arRuamentos que hoje formam o Largo da Conchada a localização da “ladeira da forca” que ligava o centro da cidade ao local de enforcamento de presos.

A partir de meados do século XIX, começaram a surgir movimentos de modernização das cidades, de uma realidade pré-industrial para uma moderna que refletisse os novos tempos, principalmente a partir das ideias liberais (Calmeiro, 2014). Os movimentos foram limitados pela incapacidade estatal de implementação das estratégias urbanas concebidas principalmente nos anos que se seguiram a vitória liberal de 1834, marcados por profunda crise econômica

e radicalidade política (Macedo, 2006). Antes dos planos de remodelação urbana, marcos do século XX a Cidade de Coimbra já começa a delinear alguns projetos municipais que visavam a melhoria das condições urbanas ao nível de salubridade e reorganização do espaço central para abrigar os novos equipamentos indispensáveis à uma nova cidade moderna liberal, como um mercado municipal, um matadouro, uma cadeia, um hospital, um cemitério e um quartel (Calmeiro, 2014). A implantação destes dois últimos está em direta conexão com a história da Conchada.

O Colégio da Graça, expropriado das extintas ordens religiosas em 1834, passou às mãos do Reino no mesmo ano (Silva, 2012). A instalação do Quartel no colégio da Graça em 1836 ocorreu pela necessidade de abrigo das tropas em atividade na cidade de Coimbra, bem como dos homens trazidos à cidade pelo deslocamento do exército para Coimbra para lutarem na guerra Civil da Patuleia. Era da responsabilidade da Câmara Municipal até 1867, quando passou a estar sob a guarda do Ministério da Guerra, pelo que naquela altura as guerras haviam terminado e o equipamento requeria alto custo de manutenção, aliado as situações tributárias específicas (Calmeiro, 2014).

O Cemitério da Conchada, além de ser equipamento necessário à cidade moderna por termos práticos, fez-se urgente após aprofundamento da crise sanitária em meados dos anos 1800 e a chegada ao ponto de saturação do antigo Cemitério da Nossa Senhora da Conceição, localizado na Alta, por causa da série de epidemias de Cólera que recaiu pela primeira vez sobre a cidade em 1833 (Calmeiro, 2014). Fora dos muros da cidade, a expropriação de parte do terreno pertencente à Quinta da Conchada se fez efetiva e as obras se iniciaram em setembro de 1852, foram suspensas no início de 1858 e retomadas em março do mesmo ano. As obras prolongaram-se durante seu ano de abertura, 1860, até completarem-se no mesmo ano da bênção e abertura da capela funerária em 1872 (Silva, 2012).

A implantação desses dois equipamentos de duas naturezas distintas traz à tona dois fatores importantes que pautaram a criação da identidade da Conchada no imaginário político da cidade de Coimbra. Em relação ao Cemitério, consolidou-se a razão de ser do território como substancialmente prática, funcional, de resolução de uma crise de falta de espaço para tratamento e sepultamento dos mortos pelo seu conveniente distanciamento da entrada da cidade. Em relação ao Quartel, a decisão de sua implantação no Colégio da Graça representou dois aspectos importantes para a realidade da Conchada: a de limitação física de possíveis conexões urbanas entre as cotas superiores (da Conchada) e inferiores (do centro político e comercial da cidade) e outro, de reiteração da presença em grande proximidade do poder Estatal sob forma de uma das



Imagem 51: Montagem da cópia das 17 lâminas atualmente existentes que compõem a “Planta Topographica da Cidade de Coimbra”, Francisque e César Goullard, 1874 (AHMC/COLEÇÃO DE PLANTAS), Calmeiro (2021) p. 119.



Imagem 52: Planta de reconstituição da rede de iluminação a gás em 1893 (421 candeeiros) de acordo com “Nota de 421 candeeiros d’illuminação publica da cidade existentes no dia 25 de novembro de 1893”[Iluminação da Gás (Coimbra: AHMC/15/6)], Calmeiro (2015) p. 281.

Armas do Estado Liberal. A organização e investimento na cidade não incluiu a Conchada no que refere-se aos espelhamentos de centros urbanos europeus desenvolvidos, que nessa época também passavam por profundas alterações políticas, sociais e, conseqüentemente, urbanas (Calmeiro, 2021).

Nesse momento da história, a Câmara Municipal de Coimbra estava focada na modernização da cidade baixa e das margens do Rio Mondego como a construção de um cais ao longo de suas margens (Calmeiro, 2014). Enquanto isso, a Conchada ainda estava associada à doença contagiosa e violência máxima da pena de morte (Silva, 2012). Tal perspectiva por parte do poder central condicionaram o desenvolvimento do bairro e é essencial entendê-la para melhor analisar os processos históricos decorridos na localidade.

O final do século XIX foi um período de extrema instabilidade política e econômica resultantes em parte da industrialização, ao mesmo tempo constituiu-se em um momento importante para o desenvolvimento do país. Nesse período de crise profunda, aliado aos efeitos da Primeira Revolução Industrial, o investimento moderno nas redes viárias e de comunicação levou uma migração em massa do campo para as cidades (Silva, 2012). A virada do século e parte do século seguinte foram marcadas pelas conseqüências do crescimento acelerado e muitas vezes desordenado dos centros urbanos, exercendo efeito tanto no poder público Estatal como também nas Universidades no sentido de concentrarem seus esforços na criação de um sistema de conhecimento elaborado acerca da organização de centros urbanos ao longo de todo o século XX (Rossa, 2006).

Na planta urbana de 1872 (Imagem 51), produzida pelos irmãos Francisque e César Goullard, a Conchada pode ser já vista com a Rua da Quinta da Misericórdia e o “Casarão” melhor representados. A Rua do Alto da Conchada, a Alameda Conchada, a R. Rego Bonfim, a R. Guilherme Gomes Fernandes também estão representadas de forma fidedigna. Pode-se também perceber o que parece ser algum loteamento formal no meio da representação do que seriam campos de cultivo, especificamente na Rua Alto da Conchada e na R. Guilherme Gomes Fernandes.

A planta de 1893 (Imagem 52) é uma reconstrução da cidade elaborada pela Professora Doutora Margarida Relvão Calmeiro no âmbito de sua tese de doutoramento. Essa Imagem e as outras presentes nesta dissertação informam infraestruturas propostas e construídas pela Câmara Municipal e outras autoridades competentes para a cidade de Coimbra durante aquele período,

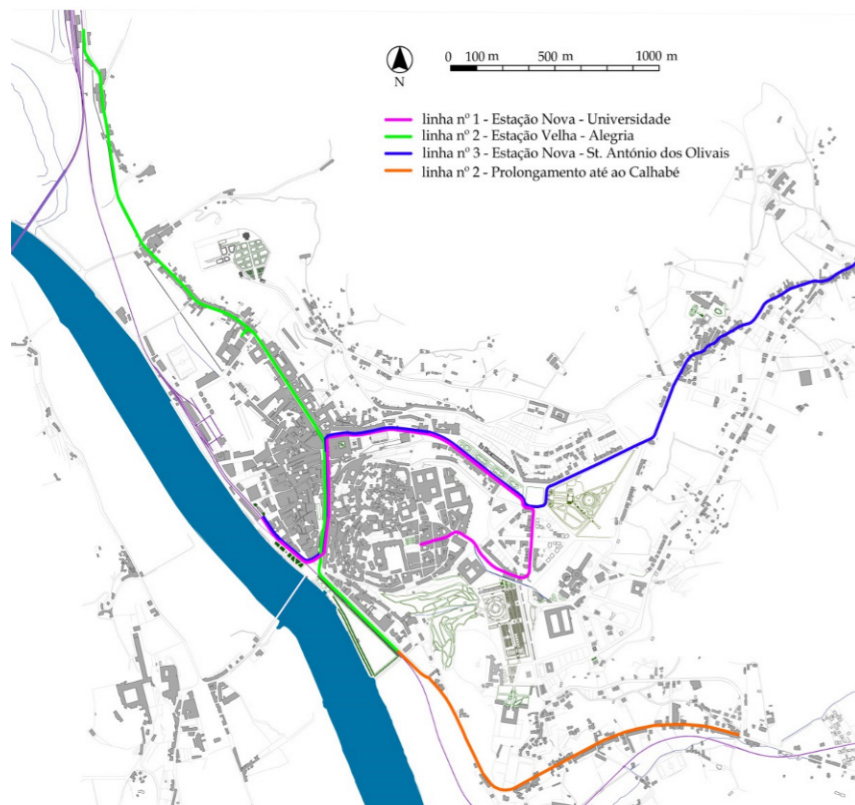


Imagem 53: “Desenho de reconstituição da rede de elétricos, cerca de 1913”, Calmeiro (2015).

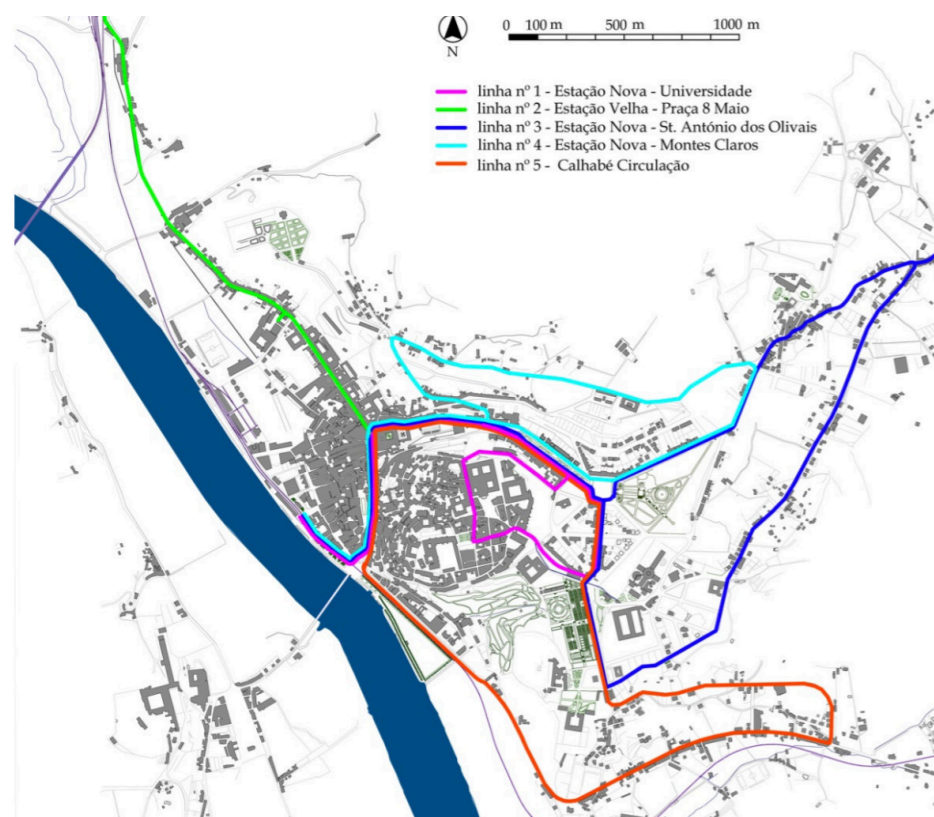


Imagem 54: “Desenho de reconstituição da rede de elétricos, cerca de 1929”, Calmeiro (2015).



Imagem 55: Extrato do desenho de José Cecílio da Costa, Projecto de Esgotos e Saneamento da cidade de Coimbra, 1893. [“Esgotos e Saneamento da cidade de Coimbra”, ROPM, XXIV (1893) estampa 1], como citado em Calmeiro, 2015.

especificamente a rede de iluminação a gás e a rede de transportes públicos, neste caso dos elétricos. Como pode-se perceber na imagem 53, a rede proposta de elétricos não incluiu a Conchada em seu mapa de distribuição em 1913, somente a partir de pelo menos 1929 (imagem 54). Em relação às infraestruturas, a planta de José Cecílio da Costa de 1893 (imagem 55) para o projeto de Esgotos e Saneamento da cidade de Coimbra também não considera nenhuma ligação da área da Conchada com o resto do sistema de esgotos urbanos.

Século XX

O começo do século XX é marcado pelo aprofundamento das crises oriundas dos anos anteriores, principalmente no que concerne ao espaço urbano. A cidade de Coimbra apresentou um crescimento de 40% entre os anos de 1900 e 1930 sem alteração de sua área de ocupação urbana (José Santiago Faria et al., 2006). Sem investimento público em construção de novas habitações por parte do Estado para as populações migrantes, elas alojavam-se em bairros em condições degradantes, muitas vezes à mercê dos donos das terras que ocupavam e suas táticas explorativas da condição de extrema vulnerabilidade em que se encontravam (Oliveira, 2017).

Tal processo de considerável influxo de pessoas para cidade se refletiu na Conchada. Até por volta da metade do século XX, o território evoluiu de o que seriam basicamente campos de cultivo agrícola para um bairro de lata com inúmeras moradias. Dos possíveis fatores de atração para os assentamentos naquela área pode-se citar a sua proximidade do Centro e a possibilidade de trabalho fabril urbano, como também sua proximidade à Casa da Quinta, que desde 1865 pertencia à instituição de ajuda social “Santa Casa da Misericórdia” (Silva, 2012).

As reconstruções da cidade de 1913 elaboradas pela Prof. Dra. Margarida Relvão Calmeiro nos mostram a inclusão da Conchada no plano geral de estruturação de redes de elétricos em uma nova proposta de 1929. Nesse ano, projetos apontavam a criação de uma linha denominada Estação-Nova – Montes Claros com uma paragem no Largo da Conchada. As reconstruções urbanas elaboradas pela Professora já apresentam a Conchada com um maior número de construções formais, principalmente nas R. Alto da Conchada, Alameda Conchada e R. Guilherme Gomes Fernandes. A leitura dos mapas de infraestruturas propostas e consolidadas da Cidade nos descortinam um cenário no qual a Conchada não é incluída pelo poder público como parte da cidade a ser modernizada, sendo que a garantia dessas infraestruturas fundamentais asseguradas em outras partes da cidade não se dariam ali. Tais fatos sustentam a leitura de que a Conchada foi sistematicamente marginalizada e que sua modernização não era reconhecida como necessária ou vantajosa para o poder público.

Um ano após o começo do Estado Novo Salazarista⁶, a planta de 1934 produzida por José

⁶ O Estado Novo de Salazar se iniciou em 1933 e findou em 25 de Abril de 1974.



Imagem 56: Compiladas 16 das 24 folhas que compõem a Planta da cidade de Coimbra, 1934 de José Baptista Lopes [Coleção de Plantas (Coimbra: AHMC)], Calmeiro (2015) p. 335.



Imagem 57: “Étienne de Gröer, “Ante-projecto de urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra”, 1940. [Coleção Professor Santiago Faria]”, como citado em Calmeiro (2021), p. 192.

Baptista Lopes (Imagem 56) ilustra maior número de construções na Conchada assim como a demonstração de espaços verdes. Em relação às suas vias, o bairro já assume morfologia muito semelhante a que tem hoje, mas ainda sem a Rua Aveiro a fazer a conexão entre as cotas da Conchada às inferiores, uma adição posterior.

O foco da planta do urbanista Étienne de Gröer de 1940 (Imagem 57) é nas vias e acessos aos diversos pontos da cidade, principalmente no que tange as novas urbanidades na expansão da cidade para Sul e pouco elabora sobre a área na qual a Conchada está instalada pelo que o objetivo de Gröer era o embelezamento e expansão da cidade de Coimbra (Calmeiro, 2014). A área não é representada para além de suas principais vias (de forma simplificada) com o que parece ser a R. Guilherme Gomes Fernandes e a R. Alto da Conchada estilizadas de forma a assemelharem-se a um nó urbano, um fim à norte, sem ligações formais com outras partes da cidade. Tal desenho sugere que a Conchada não estava sendo tratada como parte do percurso urbano a ser desenhado para a cidade, nem havia vontade por parte dos planeadores de, ou embelezá-la, ou torná-la mais integrada quer ao resto da cidade existente ou aos fluxos do novo ecossistema urbano.

Entre os anos de 1941 e 1944 foi proposto para a Conchada um bairro social com o intuito de substituir as habitações insalubres de lata. Tal esforço foi empreendido de forma tal que as pessoas alojadas nas barracas foram destituídas de suas casas e colocadas em um total de quarenta divisões nos andares térreo e primeiro da Casa Senhorial da Quinta da Conchada, denominada popularmente de “Casarão”, pertencente à Santa Casa da Misericórdia (Silva, 2012). Relatos presentes no livro “*O SAAL e os Movimentos de Moradores em Coimbra*”, José Oliveira (2019), demonstram a completa violência e negligência perpetrada pelo Estado na vida dos moradores do local. Um desses moradores, Frederico Navidade relata:

“[...] tiveram que acabar de pôr as paredes no ar. Quando deitaram a Alta abaixo, a pedra e as madeiras das demolições vieram de lá para aqui. Não tinha telhado nem nada. Fizeram um telhado em que uma parte era telha, e outra era dessas folhas de zinco. Mas quando havia muita ventania, aquilo, como era pregado em madeira, abanava tudo. Uma vez levantou-se o telhado todo, chamámos os bombeiros cá, e eles viram este ambiente assim, passámos a ir à Câmara muitas vezes, e então eles começaram a pensar em fazer as casas para a gente. Mais tarde, passado uns vinte anos, então é que vieram pôr lá um telhado do género dos que se põem nos pavilhões” (Oliveira, como citado em Silva, 2012, p. 85).

Em setembro de 1942 a construção das prometidas casas teve início e logo em seguida sofreu

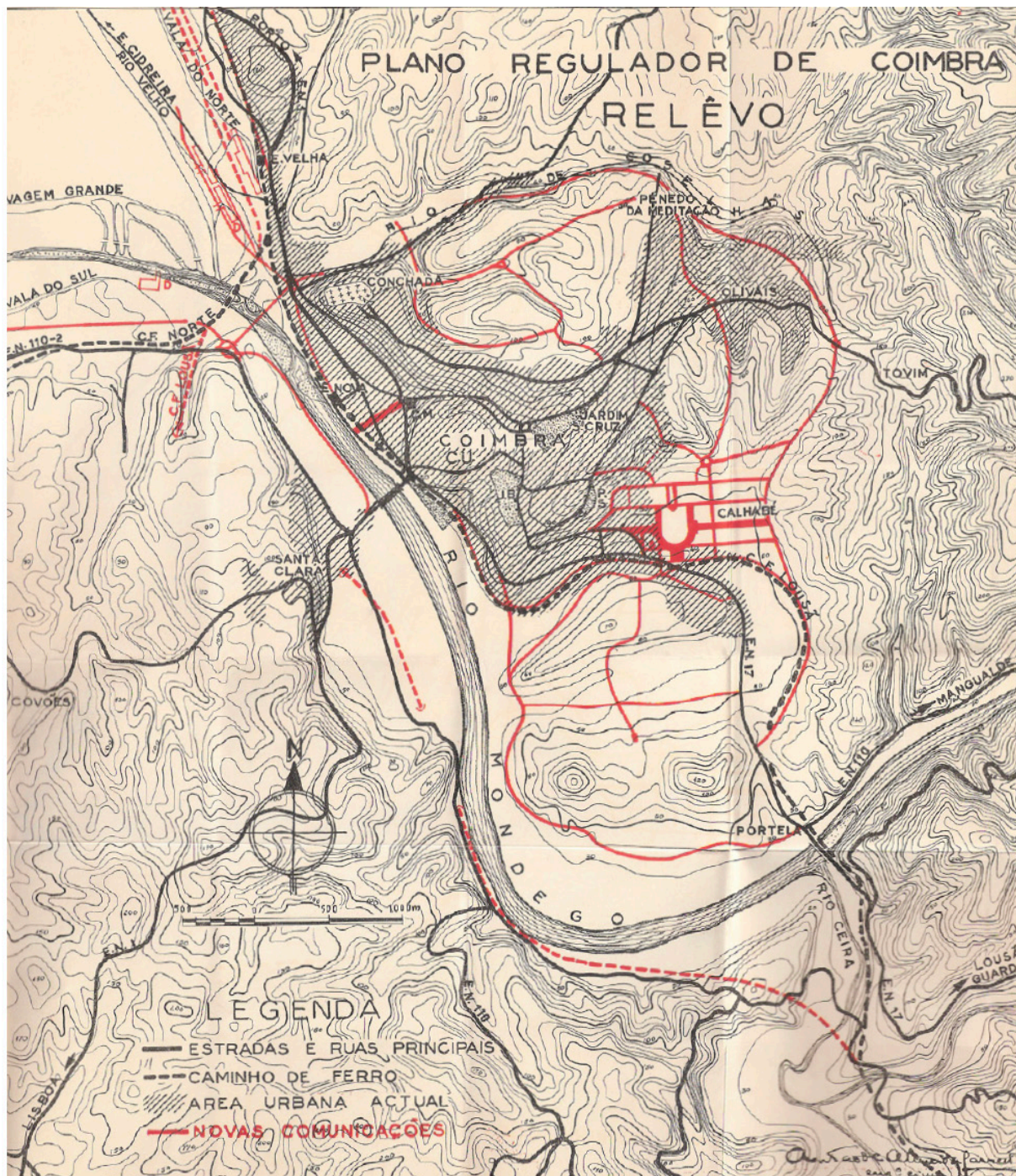


Imagem 58: “Plano Regulador de Coimbra - des. Prof. Almeida Garrett”, 1956, como citado em Silva (2012), p. 114.

suspensão de suas obras por falta de verba da Câmara Municipal de Coimbra, o que deixou as pessoas da Conchada num estado de completo abandono por parte do poder público, que garantiu a destruição de suas casas, mas não a substituição delas por outras. Os moradores, então, se viram a ter de morar por tempo indeterminado em condições sub-humanas no Casarão, que não dispunha nem de acesso formal à rede elétrica nem de saneamento básico, situação que se prolonga pelos próximos cinquenta anos (Oliveira, 2003).

A partir de 1948, quase uma década depois da tentativa anterior, alguma construção foi feita finalmente: vinte moradias foram entregues pelo Estado às populações em necessidade iniciativa que se prolongou até 1952. As 20 habitações unifamiliares patrocinadas pelo regime salazarista, com um ou dois andares, com jardim não foram o bastante para alojar todas as mais de 32 famílias que o mesmo regime havia desalojado anos antes (Rosmaninho, 2005). Em 1949, o poder público pretendeu construir uma série de 72 habitações sociais para solucionar o problema humanitário em curso na Conchada, mas não conseguiu levar o projeto a cabo. Em 1961, novos esforços foram envidados por parte do Estado que culminou com a construção de habitações populares sob a forma de cinco bandas de casas unifamiliares, que não garantiram abrigo a todos por ser uma quantidade insuficiente. Logo, muitas pessoas permaneceram em condição sub-humana no “Casarão” sem outra alternativa (Silva, 2012).

Tendo em vista esta situação grave de violação da dignidade humana dos moradores da Conchada por parte do poder público, é importante ressaltar as instituições que prestaram socorro à população local ao longo desse período. Além da Santa Casa da Misericórdia, mencionada anteriormente, em 1952 instalou-se pela primeira vez o Centro Operário Católico tutelado pela Igreja para fins “religiosos, culturais e sociais na Rua Alto da Conchada”, construído de raiz. O Centro promovia aulas e desporto à população local, além da incontornável missa dominical. Outros centros de apoio social instalaram-se no bairro nos anos seguintes com intenções de integração social, cultural, recreativa e desportiva, voltados aos moradores das mais variadas idades, tendo sido quase todos ligados a alguma organização religiosa (Silva, 2012)

A partir da metade do século XX, a vontade do poder público de Coimbra passava pela meta de resolução das circulações exteriores da cidade e a continuação da exploração das possibilidades do território a sul. A planta de 1956 por Almeida Garret⁷ (Imagem 58), por exemplo, baseia-se nas propostas vias estruturantes do território da cidade e tem enfoque na concepção destas circulações para e pelo território a fim de garantir estrutura para o crescimento ordenado do perímetro urbano. A planta ainda ilustra uma vontade de clarificar as ligações de Coimbra com

⁷ (1799-1854).

os territórios a norte, seja pelo transporte viário, seja pela estrada de ferro.

Em relação a Conchada, é mencionada pelo nome e tem o Cemitério representado de forma estilizada. Possivelmente, tal atenção lhe foi dada por representar um dos “fins” da cidade de Coimbra, próxima da borda norte do tracejado que corresponde à parte urbanizada do território. De forma análoga à planta de Gröer, é tratada como um “fim” da cidade: a simplificação na representação de suas vias se deu ao ponto máximo e a única via em evidência é a Alameda Conchada, possivelmente pela sua importância no acesso ao Cemitério. Vale ressaltar que as ligações a partir da Conchada propostas pelo plano ilustrado na planta se dão somente com territórios a norte e com o anel viário que circunda cidade. O plano de Garret tem impacto pontual na Conchada com a construção da Rua de Aveiro. A partir de 1961 até 1965 é construída para conectar a zona à estação de comboios nas cotas inferiores. Entretanto, o plano não faz grandes alterações ao zoneamento local nem desenha intervenções mais profundas (Garret, 1955).

A redemocratização do país em 25 de Abril de 1974 foi fulcral na história da organização popular em Portugal. Movimentos sociais com os mais diversos objetivos e finalidades logo ganharam espaço para ganhar força após décadas de repressão violenta por parte do Estado. Um dos movimentos que mais impactaram a organização espacial do território português, principalmente seus centros urbanos, foi pelo direito humano à habitação digna (Bandeirinha, 2019). Naquela altura, a Conchada fez parte deste movimento nacional e organizou-se na Associação de Moradores “Boa Esperança”, incentivada pela Comissão de Moradores da Relvinha, bairro vizinho. Cooperativas de apoio mútuo entre os moradores da Conchada, Relvinha e Fonte do Bispo também ganharam *momentum*, mesmo que pontual, dentro da luta por melhores condições de vida (Silva, 2012).

Não se pode falar da luta pelo direito à habitação em Portugal sem menção ao programa habitacional de Serviço Ambulatório de Apoio Local, conhecido como “Projeto SAAL”, resultado direto do processo de redemocratização do país a partir de abril de 1974. Momento ímpar na história da arquitetura e urbanismo português, serve de referência para processos participativos até hoje, principalmente no que tange a dinâmica entre os grupos de trabalho de arquitetos e a população (Bandeirinha, 2019). Infelizmente, na Conchada de Coimbra o projeto SAAL nunca teve efeito prático, pelo que nunca foram construídas as propostas para a localidade, embora tenha sido impactante em outros pontos da cidade.

É apenas no fim do século XX, em 1990, que o poder público coimbreense movimenta-se em direção a regularizar a situação deplorável em que se encontravam os moradores da Conchada e implantou sistema de esgotos, água, eletricidade ao Casarão e outras partes do bairro, além de promover arborização e instalar zonas verdes à região. A Conchada ainda estava em difícil condição e parte de seus moradores ainda morava no “Casarão” desde 1941. Até esse ponto, nenhum programa habitacional verdadeiramente compreensivo foi feito para solucionar de vez o problema e garantir que todos os moradores pudessem mudar-se de lá (Silva, 2012). Apenas esforços pontuais e paliativos foram empreendidos ao longo de quase quatro décadas de esquecimento pelo poder público com os moradores .

Nesse momento, um projeto fruto da organização do Estado e de entidades de solidariedade social propõe a demolição do “Casarão” e a construção de 28 habitações para substituir barracas ainda ali presentes. As famílias foram realocadas em apartamentos de tamanhos variados em dois blocos paralelos com quatro andares cada. Vinte e quatro famílias foram realojadas temporariamente em bairros vizinhos, neste caso o bairro do Ingote, por quatro anos. Algumas delas lá permaneceram após a conclusão das obras dos dois blocos habitacionais, ao invés de voltarem à Conchada. Depois de 54 anos desde a realocação dos primeiros moradores da Conchada para lá, o “Casarão” foi demolido em 1995 para dar lugar aos blocos que compõem o chamado “Bairro da Misericórdia”, finalizado em 1998 (Silva, 2012).

Século XXI

O século XXI pra Conchada é marcado pelo aprofundamento das políticas públicas de habitação, com a construção de habitações sociais para abrigar moradores que se encontravam a residir em barracas. Num esforço mais recente, em 2009, as famílias necessitadas foram distribuídas em 30 habitações populares de tamanhos variados (Silva, 2012). A Conchada ainda é marcada profundamente pelo funcionamento de programas de apoio social, principalmente no que tange suas crianças e adolescentes mantendo, inclusive, sua proximidade aos programas levados à cabo por instituições religiosas Católicas.



Imagem 59: Fotografia da Caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Autonomia

O tema da Autonomia da Arquitetura é extenso e profundo e conta com diversas vertentes e linhas teóricas possíveis de serem exploradas. Nessa dissertação, especificamente neste capítulo, o objetivo principal é tecermos considerações sobre como as teses e os questionamentos trazidos pelo campo da Autonomia da Arquitetura podem nos ajudar a compreender um local concreto, a Conchada de Coimbra e elaborar uma boa análise sobre uma realidade urbana complexa.

De forma a controlar melhor o assunto tão vasto, a Autonomia disciplinar será explorada pela sua natureza em relação a três pontos principais: o primeiro ponto é a autonomia em relação à acessibilidade de construção da Cidade, por meio da qual cada Arquiteto, poderia construir a cidade de forma autônoma; o segundo consiste na autonomia em relação à ordenação política Estatal em vigor, seja de esquerda ou de direita; o terceiro, por fim, explora a autonomia na concepção da disciplina em si e em relação às ciências analíticas que organizam o território. Cada ângulo citado será explicitado com o intuito de elucidar de que forma poderiam ter impacto no território da Conchada.

No seguimento da leitura crítica da história da Conchada, o que se percebe é a sucessiva negação das forças políticas em vigor em considerar as diversas fragilidades políticas, sociais e morfológicas que assolavam aquela área da cidade e de agir em direção a uma atenuação ou resolução dessas mazelas. A análise histórica de evolução urbana demonstra tentativas fracassadas de resolução das problemáticas que se colocam na realidade, principalmente no que tange a habitação digna. Os problemas sociais que assolam a Conchada são complexos e difíceis de ser endereçadas por meio de iniciativas pontuais ou uni-disciplinares sem que haja uma busca por transformações culturais e materiais mais profundas a fim de resolver os problemas estruturais que causavam aquelas carências.

Antes de mergulhar na questão da autonomia da Arquitetura em si, uma ressalva é importante. A realidade de qualquer ambiente construído é complexa e extremamente difícil de compreender em sua totalidade. As ferramentas analíticas que existem a disposição das disciplinas que pretendem discorrer sobre alguma realidade material têm suas limitações, independente do campo do conhecimento que se apresentem, e as ferramentas propostas pela Arquitetura não são diferentes. Por isso há a necessidade cada vez mais óbvia da interdisciplinaridade entre áreas

diversas do conhecimento, pelo que cada uma consegue compor uma parte de uma fotografia, um retrato de um momento no tempo da realidade sempre mutável.

Os pontos a serem levantados nessa dissertação são primariamente de natureza da organização espacial, seja em relação à sua análise nas diversas escalas ou na eventual proposta de reorganização do território por meio de intervenções. A Autonomia da Arquitetura não pretende prover respostas simples aos problemas complexos que se colocam na realidade, mas sim, apresentar estruturações e elaborações acerca de como a disciplina pode responder ao mundo que a cerca a partir de um lugar de autoconhecimento.

“A organização do espaço combate-se com a organização do espaço, a luta é no mesmo terreno, não se refugia nos terrenos da tecnologia, da ciência, da ecologia ou da sociologia” (Bandeirinha, 2019, p. 71).

A fim de conseguir compreender as propostas da Autonomia disciplinar da Arquitetura e suas possíveis elaborações no território, devemos compreender a Autonomia em relação à construção da cidade por parte dos Arquitetos, pelo que é a que historicamente fundamenta grande parte dos entendimentos e da discussão teórica. O historiador de arquitetura Emil Kaufmann⁸ (1933) ao analisar a obra do arquiteto Claude-Nicolas Ledoux⁹, defende que o arquiteto francês fora o primeiro a propor uma arquitetura verdadeiramente autônoma, com vernáculo próprio em relação à suas formas e significados e organizações sociais urbanas. Suas cidades utópicas, marcadas pelo isolamento espacial e autonomia entre as funções urbanas, precursoras das cidades modernas de Le Corbusier e Lúcio Costa, se colocavam desligadas do *framework* das *Beaux-Arts* de onde emanava a produção arquitetônica até então. Ao afastar-se de uma vertente puramente artística, Kaufmann vai propor a leitura da arquitetura de Ledoux como a soma de suas partes - partes estas autônomas entre si - não mais como um objeto artístico, mas sim como objetos em si mesmos, parte de uma rede de objetos arquitetônicos autônomos em sentido e função que, em coletivo, compõem a cidade (“Emil Kaufmann: Inaugurator of a Disciplinary Discourse”, 2010-2016).

A mudança de paradigma de análise, concepção e produção da Arquitetura feita por Ledoux é o que move a discussão da Autonomia da disciplina em novas direções, pelo que os conceitos de Autonomia disciplinar estão ligados não só com a fundamentação da disciplina em si, mas também com uma construção de visão de mundo específica e, como consequência, com os objetivos do campo de conhecimento. Os intelectuais que nele operam também respondem à

⁸ (1891 – 1953).

⁹ (1736 – 1806).

essa mudança de paradigma e a aplicam a disciplina na realidade material de forma diferente. Para Kaufmann, Ledoux havia sido parte de um movimento de intelectuais inspirados pelas ideias do filósofo Immanuel Kant, em específico no que tangia a Autonomia do homem e seu livre-arbítrio expostas em sua obra “*Crítica da Razão Pura*” (1781), e isso o levou a projetar sua Arquitetura de forma diferente da que havia sido ensinado em sua formação profissional. As ideias presentes na obra de Kant são responsáveis por insuflar o já em curso movimento Iluminista¹⁰ e, posteriormente, definir as bases para o início da Modernidade, e, conseqüentemente, o movimento modernista nas Artes (Bandeirinha, 2019). Em sua obra, Kaufmann alinhavou sua Autonomia da Arquitetura na visão Kantiana da “autonomia da vontade” individual que estava sendo usada para estruturar o Estado Liberal burguês na França naquele momento, que defendia, acima de tudo, a liberdade de escolha dos cidadãos (homens, brancos, com posses, nascidos em países específicos da Europa e América), todos igualmente livres e iguais perante o Estado. Ao traçar uma direta ligação entre a identidade da Arquitetura Moderna e da democracia liberal burguesa, Kauffmann defende que Ledoux seria para a Arquitetura Moderna o que Kant foi para o Modernismo (“Emil Kaufmann: Inaugurator of a Disciplinary Discourse”, 2010-2016).

A discussão da Autonomia da Arquitetura, como fica claro, tem suas bases profundamente conectadas às visões políticas da concepção de sociedade e Estado e acompanha de forma consistente as mudanças de entendimento e identidades políticas que vão emergindo com o avanço das discussões filosóficas e sociológicas de cada tempo. A leitura de Kauffmann nos mostra que as cidades que iriam ser construídas e defendidas no Modernismo eram fruto direto de uma concepção de sociedade baseadas na primazia das vontades e liberdades individuais. Mesmo antes do Modernismo, esse conceito vai sustentar e estruturar espacialmente os projetos de alteração urbana das novas cidades liberais Modernas, eminentemente capitalistas. Dentre esses projetos encontram-se os planos (e os pré-planos) de modernização da cidade de Coimbra explicitados no capítulo anterior.

A partir dessa leitura, faz-se necessário o entendimento da Autonomia em relação à ordenação política estatal em vigor, o segundo ponto de interesse desta dissertação. O objetivo final desse ângulo de entendimento é que a produção arquitetônica e organização espacial não devem ser nem analisadas nem produzidas a partir das ideologias políticas que controlam as sociedades nas quais se inserem, mesmo que estas últimas façam uso de símbolos, estruturas e estéticas específicas para representarem seus posicionamentos. Portanto, não existiram “arquiteturas de esquerda” ou “arquiteturas de direita”, somente elementos arquitetônicos geneticamente apolíticos organizados de forma a compor discursos específicos, esses sim que defendem específicas visões de mundo. A ideia é que todo o ambiente construído é fruto de e responde

¹⁰ (1685 – 1815).

a uma vontade política, mas não está determinado ou limitado por ela, pelo que quando se materializa transforma-se em objeto autônomo em si mesmo. Tendo em vista que a Arquitetura construída é sempre fruto da manifestação dos poderes hegemônicos (Rossi, 1966), ao haver um câmbio desses poderes, o espaço produzido por estes deve ser lido criticamente sob a luz de sua história e significado contextualizado nos termos de sua produção, entretanto, seu valor arquitetônico não deve ser estabelecido somente a partir do significado dado pelos seus criadores, mas sim por sua importância dentro do léxico cultural-urbano específico de certa localidade e sua qualidade espacial objetiva, como por exemplo, sua capacidade de cumprimento de funções à qual foi designado.

Em “*The Project of Autonomy: Politics and Architecture Within and Against Capitalism*” (Aurelli, 2008) o autor levanta um debate de natureza política e de organização popular frente às forças hegemônicas capitalistas a fim de criar uma alternativa de concepção de mundo além da liberal. O autor procura criar uma narrativa coesa de uma série de movimentos políticos de trabalhadores fabris italianos de esquerda nos anos 1960 com o objetivo de ilustrar que os movimentos, aparentemente fragmentados, tinham como objetivo final comum a criação de uma Teoria que fosse oriunda de uma crítica social (*social critique*) robusta, nesse caso sustentada por uma leitura materialista histórico-dialética marxista da realidade vivida por aquele grupo de trabalhadores em busca de libertação política. (Aurelli, 2008).

Para além do intenso e minucioso debate teórico acerca da relação entre os movimentos de classe operária e a força hegemônica vigente, o mais importante desta obra é entendimento que o deveria haver a construção teórica de uma Cidade alternativa ao modelo urbano liberal burguês, fruto de uma subjetividade liberal estruturada em grande parte por ideias kantianas, em vigor desde pelo menos o fim do século anterior. Era clara a noção de que a leitura crítica marxista da sociedade, a partir de uma subjetividade coletiva, de classe, deveria resultar em uma Teoria que se opusesse a subjugação da classe trabalhadora e ter como objetivo final a Ação concreta, sob a forma de interferências na realidade material. No campo da Arquitetura, tal Teoria manifestava-se na vontade de superação da ideia liberal de que a cidade tem de ser entendida, concebida e produzida a partir um local de priorização da produção e reprodução de Capital (Aurelli, 2008).

Trazido principalmente por periódicos como a revista italiana *Contropiano* (1968-1971) tal entendimento passa a ser defendido por uma série de teóricos do movimento universitário de esquerda que marcaram a época, como o historiador e arquiteto Mamfredo Taffuri¹¹ importante

¹¹ (1935 – 1994).

autor que defendia a leitura da história das cidades sob a perspectiva do ambiente construído, tendo a Arquitetura como disciplina central dessa análise. Taffuri defendia a existência de uma discussão teórica crítica não só acerca das estruturas ideológicas do poder político vigente, mas também em relação à cultura a nível filosófico da arquitetura da cidade. Essa visão foi a que delimitou uma alternativa ao planejamento urbano burguês que, para ele, era baseado em “mecanismos abstratos de planejamento e desenvolvimento” e introduziu à discussão a ideia de que a cidade deveria ser entendida a partir de suas “contingências, ações e exceções”, ou seja, deveria ser entendida como uma formação política que se sustenta na luta entre classes sociais. O que se segue é um aprofundamento dessas ideias no sentido de alternância da matriz de interpretação e concepção da Arquitetura a partir do abandono da matriz artístico-histórica, tal como Kauffmann sugeria, e a assimilação de uma de matriz político-histórica, na qual a Arquitetura seria entendida como fruto direto do desenvolvimento da coisa política em si, parte estruturante do fenômeno urbano (Aurelli, 2008).

É a partir desse contexto que o arquiteto italiano Aldo Rossi chegou à sua maturidade intelectual. Seus entendimentos de Autonomia disciplinar para a Arquitetura levaram as ideias de Taffuri e seus companheiros às elaborações mais profundas. Rossi também cria que a Autonomia da Arquitetura deveria ter como prioridade a criação e consolidação de conceitos urbanos que fazem uma leitura política da cidade para além de suas necessidades de desenvolvimento capitalista (Aurelli, 2008). Assim, ao centralizar a questão política na sua leitura do fenômeno urbano, o autor centraliza também os fazedores dessa política para consolidar um aprofundamento na Teoria de análise urbana e produção arquitetônica proposta por seus companheiros:

“At the same time, it was possible to use [Rossi’s] theory to analyze (these) singular events in terms of their deeper structural consequences, in terms of their profound role in the collective experience of the city. To look at the city as a manifestation of a collective urban memory was to go beyond what was empirically visible and perceive the dialectical conflict between constituent and constituted forces. In this sense, demolitions, reconstructions, and disruptions became events through which the actual history of the city can be traced” (Aurelli, 2008, p. 64)

Em “Arquitetura da Cidade”, livro publicado pela primeira vez em 1966, Aldo Rossi defende a cidade como artefacto em si mesma e a Arquitetura como parte da condição humana que “representa a cidade e em seus momentos, nos bairros, nas residências, em todos os fatos urbanos que emergem do espaço habitado”. Longe dos determinismos tecnocráticos modernistas, Rossi defende uma sensibilidade humana à análise do espaço da cidade e defende que as experiências da vivência daquele espaço são necessárias para o profundo entendimento do local, ou *locus*,

por possibilitarem uma leitura mais compreensiva do fenômeno, para além das partes que o constituem. A partir de sua construção teórica, uma ciência urbana autônoma ganha forma, uma que não só entende a cidade como um “progresso da razão humana” ou partes autônomas de um todo, mas procura compreender o papel que esses elementos assumem em cada contexto específico a partir da leitura histórica crítica e do ambiente construído como se apresenta. Ao defender que “a cidade e qualquer fato urbano são, por natureza, coletivos” (Rossi, 1981), Rossi propõe que a arquitetura da cidade seja lida, em última análise, como coisa política, parte de um discurso redigido pelas Ruas, vielas, edifícios e praças. Com essas definições em mente, pode-se agora compreender a ideia de que os fatos urbanos são fruto de uma razão coletiva materializada no espaço físico (Rossi, 1981). Assim, a Autonomia da Arquitetura em relação às forças que as produzem fica clara porque o significado que ganha cada fato urbano em seu contexto ultrapassa os motivos pelos quais foram consolidados em um primeiro momento, uma vez que a natureza do contexto coletivo é volátil e extrapola suas muito mais sólidas manifestações materiais.

Os impactos possíveis dessa concepção de cidade, ou do *locus* (Rossi, 1982) em análise, a Conchada, é inicialmente analítica. Entretanto, mesmo servindo de base para uma primeira aproximação e concepção do lugar, tal concepção teórica, como qualquer outra, vai impactar diretamente no desenho de qualquer intervenção final. Compreende-se a grande importância do entendimento do espaço a partir de uma ótica crítica, a partir do entendimento também das forças que o produziram. No caso da Conchada, ao entendermos sua história, compreendemos que aquele espaço urbano foi produzido a partir de forças muito antagônicas dentro de uma sociedade: a necessidade de uma classe trabalhadora de existir dentro do ambiente urbano, por um lado; e a ausência dos poderes reguladores do Estado sobre aquele território por grande parte de sua existência, pelo outro.

O envolvimento das forças estatais só passa a ser mais potencializador do que desestabilizador na Conchada a partir de uma mudança de postura por parte do mesmo em relação à política pública para garantia de direitos fundamentais. Principalmente a partir da redemocratização do país, a alteração do território a partir da construção de moradia digna para a população é parte da inserção de um programa habitacional compreensivo no local e foi possibilitada por uma leitura humanitária e garantista da lei em vigor por parte do Estado. Até então, o território era organizado de forma “clandestina”, isto é, construído sem formalidades legais e as únicas entidades garantidoras de alguma subsistência àquela população eram as ligadas às atividades religiosas sem conexão formal com o Estado. A partir dessa história, devemos entender sua arquitetura e organização territorial como fruto dessa luta a partir dessa história, e não apesar dela e que a Conchada possui grande dependência por parte das vontades políticas de seus

governantes para gerir sua própria situação.

No que tange a Autonomia da Arquitetura, podemos perceber na Conchada dois pontos importantes: o primeiro é a capacidade do fenômeno urbano de persistir enquanto condicionador da vida que comporta, neste caso, reiterando suas fragilidades e alimentando suas mazelas quando reiteradamente subjugado por um poder ou ordenamento superior; o outro, é de como a mudança política, principalmente da relação entre o Estado e as organizações populares, espelha, estrutura, condiciona e altera o espaço construído e, como consequência, a vivência dos que lá existem. Fica claro, portanto, o argumento defendido por Rossi de que a Arquitetura é a constituinte do espaço fundamentalmente político, a Cidade, que por sua vez é estruturada espacialmente por suas relações políticas diversas (Vidler, 1977). Nesse sentido, podemos tentar entender as relações estruturadas no espaço urbano sob diversas luzes, mas todas elas nos levam a levantar questionamentos sobre a relação entre os campos da concepção intelectual e ação material e as disciplinas que a rodeiam, informam e atravessam tanto a Teoria quanto a prática da Arquitetura.

O terceiro ponto em relação a autonomia disciplinar a ser considerado é a maneira como a Teoria vai procurar discorrer e estruturar relações da produção da Arquitetura e sua relação com as disciplinas que informam a transformação do território da Cidade, como a Geografia e a Sociologia. Como já explicitado anteriormente, o principal objetivo aqui citado é a formação e estruturação de um arcabouço teórico para o campo da Arquitetura que vá guiar as decisões projetuais na realidade. Em última análise, o consenso entre os autores citados é de que a Arquitetura é uma disciplina cujo objetivo final é a transformação de uma realidade material (Aurelli, 2008). Para isso, a disciplina precisa consolidar suas próprias ferramentas e produzir suas próprias análises para que possa responder às necessidades complexas a partir de um lugar de autoconsciência, tanto em sua relação às suas próprias lógicas internas como também em relação às disciplinas adjacentes a ela para produzir respostas complexas à realidades igualmente complexas (Rossi, 1981). As respostas da Arquitetura, entretanto, são sempre um projeto de ação: a criação de um caminho de transformação material.

O historiador e crítico de arquitetura inglês Anthony Vidler¹², no ensaio “*The Third Typology*” (1977), defende a ideia de que a Cidade em si deva ser o texto no qual o léxico da Teoria da Arquitetura está fundamentalmente embasado usando a “tipologia”, ou seja, o estudo sistemático dos “tipos” arquitetônicos como escopo analítico para crítica (*critique*) e produção da Arquitetura:

¹² (1941 -).

“Vidler escava ainda mais profundamente os alicerces da ideia de uma arquitetura autónoma e usa essas fundações para ultrapassar a questão, que Kaufmann tinha identificado, da autonomia do objecto/edifício em si mesmo, desligado dos sistemas de composição. Avança para o terreno da ontologia e propõe a identificação daquilo que chama uma terceira tipologia (...) [que] pode ser identificada com o trabalho daqueles que designa como os novos racionalistas, em particular com o de Aldo Rossi (...) Afirma ainda que as características distintivas desta terceira tipologia se firmam na polis-cidade e nos seus múltiplos sentidos, não se firmam na coluna isolada, na cabana primitiva ou na máquina utilitária, e por essa razão são — sempre foram — políticas, na sua essência.” (Bandeirinha, 2019, p. 21).

As ideias de Vidler levam o pensamento de Rossi à frente, pelo que expandem seu conceito de Autonomia ao sistematizar a leitura dos tipos num contexto político. Ao definir os “tipos” de forma categórica, Vidler acaba por permitir uma leitura mais clara destes dentro do um texto complexo que é escrito pela Cidade. Ao considerar a Arquitetura como palavras dentro desse texto, o autor ganha clareza para ler seus significados para além da forma arquitetônica e consegue sobrepor leituras de dimensão política, histórica e social ao seu entendimento do espaço construído e, como consequência, consegue compreender melhor a linguagem falada pela cidade para que consiga, em última análise, participar materialmente do debate através de argumentos urbanos dentro do campo da Arquitetura.

Ao estabelecer uma aproximação sistemática às formas arquitetônicas, é possível estruturar uma análise e interpretação destas em relação aos seus aspectos funcionais, formais e simbólicos que se afastam de tipologias anteriores de leitura do espaço urbano, como a da “cabana” ou da “máquina” defendida ao longo da Era Moderna. Esta “terceira tipologia”, como uma terceira via, é profundamente conectada à ideia de *locus* defendida por Rossi pelo seu caráter político contextualista, mas propõe como objetivo final não só a leitura da Cidade como fenômeno político, mas também se compromete profundamente em ser uma ferramenta de transformação e recomposição da Cidade (Vidler, 1977).

Para além da clareza em relação à seu léxico próprio, a disciplina da Arquitetura assume, como consequência, um papel central bem-definido na discussão acerca do espaço construído e sua ação na realidade ganha claros contornos. Vidler vai explicitar a necessidade de a disciplina conseguir tecer suas próprias críticas em relação aos ciclos de produção e consumo espacial das cidades contemporâneas. Nesse sentido, tira da centralidade a visão romântica dos Arquitetos e contextualiza esses intelectuais em uma ocupação cuja função é de transformar, discorrer sobre

e interagir com a Cidade, com o que é essencialmente público, essencialmente político:

[The third typology] “places faith in the essentially public nature of all architecture, as against the increasingly private versions of romantic individualists in the last decade. In it, the city and typology are reasserted as the only possible bases for the restoration of the critical role to an architecture otherwise assassinated by the apparently endless cycle of production and consumption.” (Vidler, 1977, p. 16).

A posição de Vidler é de vital importância para a constituição do papel da Arquitetura frente às outras disciplinas que a ela são transversais pelo que define um léxico para a formulação teórica, com tipologias, estruturas e dogmas próprios, e também propõe que esse poder de reestruturação do texto da Cidade seja feito com profundo pensamento crítico a partir da leitura do texto urbano sob lógicas que vão para além da espacial. Vidler propõe que letra, palavra, texto e significado arquitetônicos, por meio do tijolo, arco, arcada e ponte, por exemplo, são partes de um discurso eminentemente público, com o dever natural de criticar e combater a mercantilização dos processos políticos da Cidade:

“The heroes of this new typology are therefore to be found not among the nostalgic, anti-city utopians of the 19th century nor among the critics of industrial and technical progress of the twentieth, but rather among these who, as the professional servants of urban life, direct their design skills to solving the questions of avenue, arcade, street and square, park and house, institution and equipment in a continuous typology of elements that together coheres with past fabric and present intervention to make one comprehensive experience of the city.” (Vidler, 1977, p. 16).

É somente a partir dessa clara definição de o que constitui o campo de conhecimento disciplinar e de seus principais objetivos dentro do contexto público que se consegue, de forma segura, colocar o campo do conhecimento em contato com outras áreas do saber sem que haja possibilidade de dissolução de suas fronteiras, corrosão de seus objetivos específicos ou fusão com outras disciplinas. Para que haja saudável sobreposição, transversalidade, troca e debate saudável entre entendimentos na arena democrática, é necessária clareza para que as limitações analíticas, técnicas ou teóricas do campo não se tornem perigos existenciais à própria identidade da produção daquele conhecimento. Assim, para que a Arquitetura consiga dialogar com as ciências analíticas como a Antropologia, a Sociologia, a Geografia, e as ciências materiais das Engenharias, por exemplo, é vital que haja formulação identitária de tal robustez que garanta um entendimento e leitura autônomos da realidade por parte da Arquitetura, para que esta seja capaz de produzir suas críticas e propor ação sobre essa mesma realidade.

Em relação ao ambiente construído, a Conchada, fica clara a complexidade do tema do ponto de vista social e cultural que se reflete no ambiente construído. As tipologias ali representadas, desde o Cemitério do século XIX às habitações sociais presentes ainda atualmente, passando pela história dos bairros de lata, clarificam uma realidade de marginalização urbana com paralelos por todo o país. A produção de urbanidades autônomas ao poder de ordenação formal do território por parte do Estado não está limitada ao um território específico, mas cada uma apresenta suas particularidades a partir do contexto que se insere.

Mais do que reorganização interna, a Conchada carece de conexões mais claras com o resto da cidade e de espaços de convívio público como parques e equipamentos comunitários que a retirasse da posição de isolamento e os integrasse socialmente com o restante da cidade. Para que qualquer esforço seja empreendido no sentido de alteração material das lógicas espaciais de isolamento urbano ali em funcionamento, a ideia de que a Arquitetura é mais uma voz dentre as diversas que vão analisar e propor mudanças é essencial. Nesse sentido, seria interessante perceber como processos participativos de desenho do espaço público impactariam propostas de reorganização da Conchada.

Autores urbanos como o ZÁS colectivo apresentam-se mais do que apenas uma organização civil a fim de intervir no espaço urbano e simbolizam um exercício democrático importante ao escolher o espaço público como principal suporte para suas elaborações. O ZÁS tem suas raízes na Arquitetura executada a partir do diálogo entre necessidades e possibilidades, entre obra e contexto, entre projeto e execução. Formações como o ZÁS assumem o papel de consolidar o objetivo final da Arquitetura, a ação, a partir de intervenções como caminhadas sensoriais comunitárias, como foi o caso da “caminhada pela Conchada”.

Tal movimento ilustrado pelo ZÁS colectivo acompanha a fundação de diversos coletivos ao redor do país e do mundo. Em um momento histórico de sucessivas falhas por parte do Estado de garantir o bem-estar social causado (não só, mas em grande parte) pelas sucessivas crises generalizadas que caracterizam o capitalismo tardio (Reis, 2022), coletivos de arquitetura utilizam o ambiente construído como forma de mediação de suas ideias em relação ao discurso político urbano mais alargado. Muitos deles reiteram a preocupação com a dimensão social coletiva da Arquitetura ao enfatizarem a importância do contexto social no desenho de suas intervenções e utilizando métodos de coparticipação. No caso da cidade de Coimbra, o ZÁS interpreta, critica e age a partir das ferramentas oferecidas por diferentes campos do saber, mas escolhe a disciplina da Arquitetura para manifestar seus entendimentos. Sua própria formação descentralizada é fruto da dissolução da ideia do arquiteto-artista isolado e coloca

em questionamento a prática projetual tradicional e se insere nos debates urbanos de forma coletivizada, debates que nem começam nem terminam com suas intervenções materiais.

Dentro do enquadramento teórico desta dissertação, portanto, o ZÁS colectivo pode ser lido como exercício bem-sucedido da Autonomia da Arquitetura. Como consequência natural de seu processo projetual, as intervenções urbanas propostas vão ao encontro dos principais pontos da Teoria, seja por sua insubordinação ideológica às forças que controlam o poder governamental, ou no que diz respeito à vontade do colectivo de fazer parte do fenômeno urbano a partir de argumentos pontuais, rápidos e efêmeros ou até mesmo em relação à defesa da Autonomia disciplinar em relação à construção da Cidade de forma Autônoma.



Imagem 60. Fotografia da Caminhada, setembro 2022. ZÁS colectivo.

Cidade como mediação

A presente dissertação propôs a reflexão crítica sobre a Cidade a partir de uma ação ativista do ZÁS colectivo por meio da lente da Autonomia. Para isso, foram utilizados três diferentes métodos para o reconhecimento físico de uma parte da Cidade - a Conchada de Coimbra: uma exploração de seus Percursos com uma caminhada sensorial com ZÁS colectivo, o estudo da morfologia da Conchada e de sua história para delimitação de seus Contornos e um mergulho na literatura e nos autores preponderantes acerca da Autonomia e suas principais ideias acerca da Autonomia disciplinar.

A partir do percurso da caminhada conseguiu-se compreender a importância da vivência, mesmo que fundamentada em um lugar de estrangeiro, na leitura, interpretação e compreensão de um território. A conversa com moradores do local, pessoas que compartilhavam histórias da Conchada, foi essencial para que a vontade de compreender melhor aquele espaço nascesse. A noção espacial fruto da caminhada foi central na concepção do local como lugar rico em história, luta e resistência, além de promover o contato direto com o motivo pelo qual deve-se praticar a Arquitetura: as pessoas.

Na Conchada, a principal mazela observada assume a forma de isolamento urbano causado, tanto pela pouca variedade de percursos urbanos disponíveis que a conecte com o restante de Coimbra, quanto pela falta de equipamentos que a sustentem como polo de interesse urbano, como por exemplo áreas de lazer, centros comunitários ou bibliotecas públicas. Tal isolamento tem resultados materiais na realidade do bairro, que puderam ser comprovados durante a Caminhada e foram registrados nos mapas produzidos pelos caminhantes.

A partir da leitura destes mapas pode-se concluir que a Conchada sofre de problema de estacionamento ao longo de todo o bairro, parcialmente causado pelo seu isolamento geográfico. Os largos intervalos entre autocarros e a nenhuma variedade de percursos que atravessem o território agravam ainda mais a dependência dos moradores pelo transporte veicular em detrimento do pedonal ou ciclável. O problema fica ainda mais agudo no Largo da Conchada, onde os carros ocupam grande parte dos passeios e tomam espaços que deveriam ser destinados ao convívio social ou à circulação de pessoas. A Conchada também sofre de problemas com o

abandono de imóveis, que, por sua vez, geram ambiente propício para invasões, o que aumenta o sentimento de insegurança na vizinhança. É também conferível a carência de espaços verdes públicos de estar e de sombreamento em pontos de encontro da comunidade, como o campo de futebol ao lado do Clube Real da Conchada.

Reitera-se a necessidade da leitura histórica de um território, não só a Conchada, que vá além do ambiente construído e procure as motivações, desejos e visões de mundo que produziram os espaços como se encontram no presente. Nesse sentido, o trabalho de qualquer um que pretenda intervir no espaço construído deve ir além da leitura de decretos ou acordos municipais de organização territorial. Deve, também, passar por um esforço de escuta cuidada e estruturada dos moradores, incluindo os mais antigos, de forma a considerar suas vozes como parte importante da narrativa histórica daquele fato urbano. Assim, consegue-se incluí-los no processo de desenho do espaço do qual vão ser os principais beneficiários. No caso específico da Conchada tal inclusão ganha ainda mais importância, pelo que ela foi construída a partir do trabalho de suporte comunitário de algumas dessas pessoas e deve ter suas vozes ouvidas no esforço de projeção do que o território poderia vir a se tornar.

A partir da leitura histórica da Conchada, pode-se entender que seu território é marcado por mais do que somente negligência por parte do Estado. A Conchada também é fruto do trabalho prolongado de instituições de solidariedade social e tem sua urbanidade pontuada por centros de convivência e de apoio, que reiteram a faceta comunitária da história local. A marginalização do território não se dá somente em um ponto da história, mas conta também, reiteradamente, com a sua exclusão em processos de melhoria urbana concedidos à outras áreas da Cidade no que diz respeito a infraestruturas de base para a Cidade, como saneamento, transportes e iluminação pública.

A partir do estudo da Cidade, fica claro que as concepções de organização e re-organização espacial urbana acompanham de perto as discussões políticas, filosóficas e identitárias que são estruturadas pela visão de mundo hegemônica em cada momento da história. A disciplina da Arquitetura tem seus contornos em simbiose com o espírito do tempo da qual é fruto, seja a partir de Ledoux e sua Arquitetura Autônoma estruturada por uma visão kantiana de sociedade, ou de Rossi na conceptualização e análise materialista-histórico-dialética do fenômeno político-urbano que é a Cidade. O constante questionamento e pensamento crítico em relação aos contornos disciplinares é essencial para a manutenção da Arquitetura como parte integrante da construção da Coisa política. Assim, a disciplina consegue assumir a responsabilidade de produzir uma análise e resposta espacial contextualizada, ao mesmo tempo que crítica, das

próprias forças que a produzem, ao mediar as relações entre os discursos políticos em vigor e a realidade material.

Em relação a acessibilidade de construção da Cidade, a Autonomia se mostra importante no que tange a independência dos Arquitetos em relação a restrições externas para proporem resoluções aos problemas urbanos. Tal liberdade permite a abordagem desses desafios com maior capacidade de exploração de diferentes possibilidades de desenho urbano que levem em consideração o ambiente onde serão inseridos. Após análise crítica dos desafios urbanos reais da Conchada, como o problema de estacionamento ou falta de espaços verdes de qualidade, as resoluções espaciais arquitetônicas podem fazer parte de uma série propostas multidisciplinares de recuperação urbana, para que os complexos problemas sociais da Conchada sejam globalmente solucionados.

A resistência às pressões externas por parte da Arquitetura, sejam partidárias, ideológicas ou populistas reforça a Autonomia dos Arquitetos em relação às forças hegemônicas do contexto em que estão inseridos e permite a tomada de decisões com base nos princípios éticos e estéticos que regem a disciplina e a profissão. Em tese, tal aspecto da Autonomia garantiria a atuação profissional na arena pública de forma livre, assim, possibilitaria que o ambiente construído não se desviasse de seus objetivos principais: a qualidade espacial, o bom cumprimento de seus objetivos urbanos e a integração com o resto da malha. Na Conchada, isso poderia significar intervenções mais compreensivas no espaço urbano, tanto público como privado, que procurassem maior ativação dos vários vazios intersticiais do bairro e delimitasse uma identidade espacial clara para a Conchada a partir de sua rica e conturbada história.

A Autonomia da Arquitetura em relação às outras disciplinas que analisam o território é essencial para a contribuição dela no debate urbano. Os projetos arquitetônicos podem servir de mediação para uma série de abordagens multidisciplinares alinhavadas numa única proposta de mudança espacial, mesmo que faseada, que pretenda abordar questões urbanas complexas. Esse ponto da Autonomia, teoricamente, garantiria a contribuição das outras disciplinas nesse projeto de transformação, mas cada uma ocuparia o lugar a qual lhe é designado, assim, suas ferramentas podem ter mais potência na mudança da realidade. Fica clara, portanto, a vital importância das ideias de Autonomia da Arquitetura para a integração da prática da Arquitetura em contextos multidisciplinares, para evitar que a disciplina se dilua e se descaracterize durante sua atuação na construção coletiva da Cidade.

Os temas aqui citados e autores analisados apresentam somente alguns dos inúmeros questionamentos iniciais acerca das capacidades e limitações da Arquitetura. A Conchada é um território cuja história reflete com clareza cada “tipologia” proposta por Vidler (1977): a partir de meados do século XIX, seu momento de gênese, é resultado de isolamento e exclusão da Cidade Moderna, esta última fruto dos princípios reiterados pelas *Beaux Arts* e das transformações arquitetônicas da “primeira tipologia”; posteriormente, em meados do século XX, recebe gestos Modernistas sob a forma de habitação popular produzida em massa, epítome arquitetônica da “segunda tipologia”, que falha em conceber intervenções capazes de produzir transformação social por si mesmas. A partir desse momento e até os dias atuais, percebe-se a estagnação da natureza das intervenções físicas na Conchada, que se limitam a edificações pontuais de habitação coletiva ainda nos moldes Modernistas. Conclui-se, portanto, ao compararmos as ideias da Autonomia com essa realidade, que o anúncio feito por Vidler em 1977 acerca da insurgência de uma “terceira tipologia”, que versa sobre a produção da Arquitetura a partir de um vocabulário urbano, não se concretizou. Fica clara a manifestação somente das duas primeiras tipologias utilizadas para informar a produção de Cidade, o que reflete um movimento disciplinar geral da Arquitetura de estagnação nos modelos Modernistas de concepção da disciplina, de suas ferramentas, objetivos, processos de produção e inserção na realidade urbana.

Entretanto, esta estagnação não é absoluta nem permanente. Coletivos como o ZÁS trazem ideias de renovação frutos de entendimentos que vão além das concepções Modernistas e suas ferramentas limitantes, pondo em prática intervenções baseadas em um vocabulário interno à Arquitetura, que procuram integrar os objetivos e processos de produção com a realidade construída, inerentemente multidisciplinar e política. O ZÁS representa uma prática arquitetônica autônoma na medida em que propõe uma construção independente, com potencialização de recursos humanos e materiais já disponíveis, a fim de construir uma realidade diferente do que a que se apresenta e promove questionamentos ao operar nas fronteiras da disciplina. Por isso, precisa estar profundamente amarrado em suas fundações para que não se perca de seu objetivo principal: apreender o mundo através do fazer Arquitetura.

Referências bibliográficas

Aurelli, P. V. (2008). *The Project of Autonomy: Politics and Architecture within and against Capitalism*. Princeton Architectural Press.

Bandeirinha, J. A. (2014). *Arquitetura a Praça da Autonomia, Pedagogia, Epistemologia, Pensamento crítico*. Fundação Marques da Silva.

Bandeirinha, J. A. (2019). *Ostinato Rigore*. In: A. Alves Costa, A. C. Costa, & S. Fernandez, Cidade Participada: Arquitetura e Democracia. Operações SAAL — S. Victor 2019. Tinta-da-china.

Calmeiro, M.I.B.R. (2015) *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834- 1934*. vol. 1. [Doctoral dissertation, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/27732>.

Calmeiro, M. R. (2021). *Urbanismo antes dos Planos: Coimbra 1834- 1934*. Câmara Municipal de Coimbra.

Certeau, M. de. (1984). *The practice of everyday life* (S. F. Rendall, Trans.; 3rd ed.). University of California Press.

Emil Kaufmann: Inaugurator of a Disciplinary Discourse. (2010-2016). History and Critical Thinking. <https://hct.aaschool.ac.uk/emil-kaufmann-inaugurator-of-a-disciplinary-discourse/>

Garret, A. de A. (1955). *Palestra em Coimbra sobre o seu plano regulador*. Biblioteca Municipal.

Ingold, T. (2013). *Making: Anthropology, archaeology, art and architecture*. Routledge.

José Santiago Faria, Rebelo, J., & Almeida, E. M. D. (2006). *Evolução do Espaço Físico de Coimbra*. Instituto Geográfico Português.

Loureiro, J. P. (1960). *Toponímias de Coimbra* (Vol. 2). Câmara Municipal. Coimbra.

Macedo, M. C. (2006). *Coimbra na segunda metade do século XIX - A materialização dos avanços técnicos dos inícios da modernidade*. In J. Rebelo (Coord.), *Evolução do espaço físico de Coimbra* (pp. 43-63). Câmara Municipal de Coimbra.

Oliveira, José Manuel Albuquerque. *O SAAL e o Movimento de Moradores em Coimbra*. Prova Final de Licenciatura, Coimbra, Coimbra: Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 2003.

Reis, L.B.R. (2022). *Arquitetura em coletivo: Os desafios de coletivos de arquitetura em tempos neoliberais*. [Master's thesis, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/104778>

Rosmaninho, Nuno - *O Poder da Arte: O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2005. ISBN 972-8704-55-0

Rossa, W. (2006). *O espaço de Coimbra: da instalação da urbanidade ao fim do antigo regime*. In J. Rebelo (org.). *Evolução do espaço físico de Coimbra*. Coimbra: Divisão de Informação Geográfica e Solos da Câmara Municipal de Coimbra.

Rossi, A. (1982). *A Arquitetura da Cidade* (2º ed). The MIT Press.

Antonelli, G. (2006). *Underwater robots: Motion and force control of vehicle- manipulator systems* (2nd ed.). Springer.

Rossi, A. (1981). *A scientific autobiography*. The MIT Press.

Silva, E.R. (2012). *Evolução Identitária de um Lugar—A Conchada de Coimbra*. [Master's thesis, Universidade de Coimbra]. Repositório Institucional da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/23236>

Silvano, F. (2017). *Antropologia do Espaço*. DOCUMENTA.

Vidler, A. (1977). *The Third Typology*. In: K. Michael Hays (ed.) *Oppositions*” Selected Readings from a Journal for Ideas and Criticism in Architecture 1973-1984. Princeton Architectural Press.

Zumthor, P. (1998). *Thinking Architecture*. Princeton Architectural Press.

Índice de Imagens

Imagem 1: Fotografia da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 2: Fotografia da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 3: Logotipo do ZÁS colectivo, setembro 2023, ZÁS colectivo.

Imagem 4: Fotografia da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 5, 6 e 7: Três das diversas variações possíveis das rotas por onde a caminhada do ZÁS colectivo pelos edifícios modernistas de Coimbra poderiam passar, elaboradas pelo autor.

Imagem 8: Fotografia da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 9 e 10: Duas variações de pôsteres produzidos e distribuídos pelo ZÁS colectivo para a divulgação da Caminhada Exploratória pela Conchada elaboradas pelo ZÁS colectivo; Imagens 11 e 12: Frente e verso de flyers espalhados pela cidade para a da Caminhada Exploratória pela Conchada elaborados pelo ZÁS colectivo.

Imagens 13, 14, 15 e 16: Foto montagens da caminhada sobre fotografia de satélite elaboradas pelo autor.

Imagem 13: Imagem da Conchada somente com o ponto de início da caminhada (Edifício Panorama) a colorido elaborada pelo autor.

Imagem 14: Imagem da Conchada com o percurso até o jardim comunitário a colorido elaborada pelo autor.

Imagem 15: Imagem da Conchada com o percurso até os portões do Cemitério da Conchada a colorido elaborada pelo autor.

Imagem 16: Imagem da Conchada com o percurso até as duas torres do Bairro da Misericórdia

a colorido elaborada pelo autor.

Imagem 17: Imagem da Conchada com o percurso completo da caminhada a colorido elaborada pelo autor.

Imagem 18: Imagem da Conchada com o percurso completo da caminhada, incluída a Rua Rego Bonfim, a colorido elaborada pelo autor.

Imagem 19: primeiro momento de chegada dos participantes no edifício Panorama, com algumas palavras do morador da Conchada e apresentação do bairro e história, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 20: primeiro momento de chegada dos participantes no edifício Panorama, com algumas palavras do morador da Conchada e apresentação do bairro e história, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 21: Arruamento Alameda Conchada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 22: Vista a Sul da Alameda Conchada, entre torres, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 23: Fotografia do jardim alvo de descaso do poder público, setembro 2022, ZÁS colectivo;

Imagem 24: enfiamento da Alameda Conchada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 25: participantes da caminhada foram incentivados a explorarem de forma livre o que mais os interessava, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 26: Portões do cemitério da Conchada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 27: Imagem do caminho lateral tomado pelos participantes da caminhada. O edifício em branco é a Escola Básica da Conchada (EB1), setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 28: No muro lateral, pequenas peças de mobiliário de jardim se amontoavam para

criar espaços de estar ao redor de mesas de concreto, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 29: O palco de madeira que nos recebe, em frente ao Clube Real da Conchada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 30: Na sombra, os caminhantes e os moradores se abrigam do sol de Setembro em frente do Clube Real da Conchada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 31: Rua Misericórdida, com suas casas em diferentes estados de conservação, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 32: Primeira da série de plataformas ligadas por escadarias que conectam as Ruas Guilherme Gomes Fernandes e a Misericórdia, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 33: Edifícios em estado de abandono na Rua Guilherme Gomes Fernandes, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 34: Casa em estado de abandono na Rua Guilherme Gomes Fernandes, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 35: o que se anunciava como somente uma amalgamação de lixo na esquina é revelada ser o local de trabalho de um artesão local, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 36: Axonometria feita pelo ZÁS colectivo para serem preenchidas pelos participantes ao fim da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 37: A dura subida da Rua Olival de São Domingos, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 38: O momento de marcação dos mapas foi marcado por intensa troca de ideias e impressões pelos caminhantes, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 39: o momento de criação conjunta e individual dos mapas sensíveis da experiência da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 40: Os caminhantes assistem o músico Frederico Ribeiro no evento de encerramento da caminhada sensorial, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 41: Moradores da Conchada também aproveitam o momento musical junto com os caminhantes, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 42: Versão digitalizada e tratada pelo ZÁS colectivo de um dos três mapas produzidos pelos participantes ao fim da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 43: Versão digitalizada e tratada pelo ZÁS colectivo de um dos três mapas produzidos pelos participantes ao fim da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 44: Versão digitalizada e tratada pelo ZÁS colectivo de um dos três mapas produzidos pelos participantes ao fim da caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 45: Fotografia da Caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 46 e 47: Contexto da Conchada na cidade de Coimbra, fotografia de satélite tratada em Photoshop elaborada pelo autor.

Imagem 48: Principais eixos viários da Conchada, fotografia de satélite tratada em Photoshop elaborada pelo autor.

Imagem 49: 1- Cemitério; 2- Escola Básica da Conchada (EB1); 3- Clube Real da Conchada; 4- Centro de Bem Estar Social da Conchada; 5- Bairro da Misericórdia; 6- Colégio da Graça; 7- Largo da Conchada; 8- Colégio de São José; fotografia de satélite tratada em Photoshop elaborada pelo autor.

Imagem 50: Baptista, 1845, como citado em anexos de Silva, 2012, folha n1.

Imagem 51: Montagem da cópia das 17 lâminas atualmente existentes que compõem a “Planta Topographica da Cidade de Coimbra”, Francisque e César Goullard, 1874 (AHMC/COLEÇÃO DE PLANTAS), Calmeiro (2021) p. 119.

Imagem 52: Planta de reconstituição da rede de iluminação a gás em 1893 (421 candeeiros) de acordo com “Nota de 421 candeeiros d’illuminação publica da cidade existentes no dia 25

de novembro de 1893”[Iluminação da Gás (Coimbra: AHMC/15/6)], Calmeiro (2015) p. 281.

Imagem 53: “Desenho de reconstituição da rede de elétricos, cerca de 1913”, Calmeiro (2015).

Imagem 54: “Desenho de reconstituição da rede de elétricos, cerca de 1929”, Calmeiro (2015).

Imagem 55: Extrato do desenho de José Cecílio da Costa, Projecto de Esgotos e Saneamento da cidade de Coimbra, 1893. [“Esgotos e Saneamento da cidade de Coimbra”, ROPM, XXIV (1893) estampa 1] , como citado em Calmeiro, 2015.

Imagem 56: Compiladas 16 das 24 folhas que compõem a Planta da cidade de Coimbra, 1934 de José Baptista Lopes [Coleção de Plantas (Coimbra: AHMC)], Calmeiro (2015) p. 335.

Imagem 57: “Étienne de Gröer, “Anteprojecto de urbanização de Embelezamento e de Extensão da Cidade de Coimbra”, 1940. [Coleção Professor Santiago Faria]”, como citado em Calmeiro (2021), p. 192.

Imagem 58: “Plano Regulador de Coimbra - des. Prof. Almeida Garrett”, 1956, como citado em Silva (2012), p. 114.

Imagem 59: Fotografia da Caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.

Imagem 60: Fotografia da Caminhada, setembro 2022, ZÁS colectivo.